

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Manuela Arrechea

Opiniões e vivências de cotistas negros da UnB

Brasília – DF

2013

Manuela Arrechea

## Opiniões e vivências de cotistas negros da UnB

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Barreira de Faria  
Tavolaro

Brasília – DF

2013

## RESUMO

Esta pesquisa teve como questão motivadora conhecer e analisar vivências e opiniões de estudantes cotistas negros da UnB, abrangendo estudantes das três grandes áreas de conhecimento: 1) Ciências da Vida e Saúde; 2) Artes e Humanidades; 3) Ciências Exatas e Tecnológicas, procurando observar eventuais convergências e divergências entre as grandes áreas analisadas. Os dados apresentados são provenientes de entrevistas realizadas com quinze cotistas negros de seis cursos da UnB. Foram conhecidas e comparadas situações de discriminação racial por que passaram, suas visões sobre o fenômeno do racismo no Brasil, a respeito dos movimentos negros brasileiros, acerca de medidas a serem adotadas com vistas à diminuição do racismo no país, bem como a respeito das ações afirmativas no acesso ao ensino superior. A maioria dos entrevistados demonstrou ser esclarecida com relação ao sistema de cotas para negros e aqueles que não detinham muito conhecimento a esse respeito eram os mesmos que tinham uma visão mais “otimista”, por assim dizer, acerca do racismo no país em comparação com os demais estudantes. Observou-se que constrangimentos nas relações dos cotistas em seu cotidiano na universidade não se apresentaram de forma mais intensa em cursos de “elevado prestígio social”.

**Palavras-chave:** Ações afirmativas. Sistema de cotas. Discriminação racial.

## SUMÁRIO

Introdução.....	4
Capítulo I – O debate teórico acerca das ações afirmativas para negros.....	6
Contexto da implementação de ações afirmativas para negros no Brasil.....	6
Principais argumentos contrários às ações afirmativas de cunho racial.....	8
Posições favoráveis às ações afirmativas de cunho racial.....	12
A implementação do sistema de cotas para negros na UnB.....	17
Capítulo II – Pesquisa com cotistas negros das três grande áreas de conhecimento da UnB.....	19
Capítulo III – Discussão dos resultados da pesquisa.....	24
Participação em organizações negras e em atividades relacionadas ao tema das relações raciais.....	24
O debate de temas envolvendo a questão racial nos seis cursos.....	28
Concepções acerca do racismo no Brasil.....	32
Concepções do que representa ser negro no Brasil.....	36
Opiniões a respeito das ações afirmativas para negros no ensino superior.....	39
Opiniões acerca do papel do movimento negro.....	52
Opiniões a respeito de medidas para enfrentar o racismo.....	55
Situações de discriminação racial.....	58
Considerações finais.....	68
Referências bibliográficas.....	75



## INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais negros brasileiros vêm lutando por educação pública de qualidade, em todos os níveis (do fundamental ao superior), há mais de um século. A educação foi uma das primeiras reivindicações e uma das primeiras prioridades dos grupos negros que começaram a se organizar após a abolição da escravidão, como em 1889. A primeira proposta de ação afirmativa para negros no Brasil foi apresentada no “Manifesto à Nação Brasileira”, lançado pelo Teatro Experimental do Negro na década de 1940. Os movimentos negros estiveram e estão à frente do processo de implementação de políticas de ação afirmativa dirigidas aos negros no acesso ao ensino superior, contando com o apoio de aliados dentro e fora do meio acadêmico (Santos, 2003).

Essas políticas, que vêm se opor ao estado de exclusão racial no ensino superior, já somam mais de uma década no cenário nacional. Como em praticamente todas as políticas públicas, reconhece-se que algumas falhas ocorreram. Porém, muitos analistas apontam que foram vários os benefícios decorrentes de sua implementação. Em um momento recente marcado pela aprovação da lei 12.711/2012<sup>1</sup>, faz-se importante retomar a discussão a respeito das ações afirmativas para negros, de forma a tentar evitar que a efetivação dessa lei dê fim a sistemas de cotas em vigor, como o da Universidade de Brasília. Pode-se implementar o novo sistema sem prejudicar o atual, já que há a possibilidade de políticas paralelas àquela instituída pela lei.

Esta pesquisa baseou-se em entrevistas com cotistas negros da UnB, dando voz a sujeitos desse processo histórico de busca por igualdade racial, cujas vivências são,

---

<sup>1</sup> A Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto de 2012, “garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência”. “As vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas — metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).” (disponível em <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>)

muitas vezes, obscurecidas. Aspirava, através dela, conhecer e analisar opiniões e experiências de cotistas negros da UnB, abrangendo estudantes da área de Ciências da vida e Saúde, estudantes da área de Artes e Humanidades e estudantes de Ciências Exatas e Tecnológicas, e procurando observar eventuais convergências e divergências entre as opiniões e vivências dos cotistas das três diferentes áreas.

O capítulo I consiste em uma revisão da bibliografia a respeito das políticas de ação afirmativa. São abordados o contexto da implementação de ações afirmativas para negros no Brasil, os principais argumentos contrários às ações afirmativas de cunho racial, as posições favoráveis a essas políticas, bem como um breve apanhado do processo de implementação do sistema de cotas para negros na Universidade de Brasília.

No capítulo II, apresento uma descrição dos passos percorridos na pesquisa de campo. Indico os objetivos da pesquisa, as hipóteses de trabalho, o critério para seleção dos cursos, as estratégias para chegar aos entrevistados e algumas dificuldades encontradas durante a execução da pesquisa.

Por fim, o capítulo III trata da discussão dos resultados da pesquisa de campo com os estudantes cotistas negros. Apresenta suas opiniões acerca do fenômeno do racismo no país, sobre os movimentos negros brasileiros, a respeito de medidas a serem adotadas para enfrentar o racismo no Brasil, suas experiências de discriminação racial e de constrangimentos (dentro e fora da UnB), suas opiniões sobre o sistema de cotas para negros, bem como o grau de participação dos estudantes em organizações negras e em atividades da universidade que envolvem a questão racial.

## Capítulo I

### O debate teórico acerca das ações afirmativas para negros

#### 1.1 – Contexto da implementação de ações afirmativas para negros no Brasil

Com o processo de redemocratização do Brasil na década de 1980 e a consequente reorganização da esfera pública, foi possível que demandas silenciadas e reprimidas durante o regime militar viessem à tona. Assim, demandas organizadas pelos movimentos sociais em torno de questões específicas foram trazidas para a agenda pública, sendo o acesso à educação fundamental e ao ensino superior e a desigualdade racial duas das questões sociais com mais preeminência, dois dos principais focos da nova agenda (Paiva, 2010).

Na década de 1990, há uma confluência de vários fatores que vai dar força à presença da discussão sobre ações afirmativas para negros no Brasil. Paiva e Almeida (2010) apontam vários momentos que consideram relevantes: em 1996, o governo Fernando Henrique Cardoso organizou um seminário sobre “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos”, com o fim de organizar uma reflexão qualificada sobre propostas advindas do movimento negro. Foi o primeiro governo a reconhecer a existência de racismo no país, abrindo caminho para a discussão de políticas públicas voltadas especificamente para negros. A partir daí, começaram a ser pensadas as primeiras medidas de ação afirmativa em alguns ministérios. Outro fator importante para o crescimento do debate sobre ações afirmativas foi a divulgação de dados do IPEA e do Censo de 2000, que revelavam as extremas desigualdades raciais no que se refere à educação e renda. Havia também projetos de lei que traziam a questão da desigualdade racial, como os da senadora Benedita da Silva e do senador Abdias do Nascimento, a Lei Paim, aprovada em 1997, e os vários projetos de ação afirmativa que começavam a surgir. Também na década de 1990, emergiram os pré-vestibulares comunitários, que, além de qualificar minimamente jovens habitantes das periferias e das favelas que sequer podiam pensar na possibilidade de passar pelos filtros dos vestibulares e adentrar o Ensino Superior,



mobilizou esses jovens em torno de exigências de políticas de ação afirmativa. Outro momento decisivo ocorreu em 2001, por ocasião da III Conferência Internacional contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban, que estimulou os movimentos sociais a elaborarem uma agenda específica a ser levada à Conferência. Estes se organizaram e pautaram demandas efetivas de políticas públicas. As políticas de ação afirmativa foram objeto de grandes debates na Conferência e tidas como um dos caminhos para se buscar o combate de desigualdades estruturais. Terminada a Conferência de Durban, o Brasil volta com o compromisso de efetivar as recomendações trazidas por ela.

Assim, a atuação dos movimentos negros, o reconhecimento da existência do racismo por parte do Estado e a Conferência de Durban constituem, segundo Paiva e Almeida (2010), três fatores importantes para a existência e expansão das políticas de ação afirmativa voltadas para negros no contexto brasileiro. Estas, aponta Santos (2009), foram demandadas pelos Movimentos Sociais Negros brasileiros, reivindicadas de baixo para cima, e endossadas pelo governo federal. As pressões de tais movimentos negros, associadas à conjuntura internacional de luta contra o racismo (manifestada na Conferência de Durban), deram força à discussão sobre a adoção de ações afirmativas para estudantes negros, as quais “sinalizam potenciais de luta e de transformação até então nunca explorados na sociedade brasileira” (Santos, 2009, p.118).

A denúncia de um campus universitário “branco”, a constatação da equação perversa entre universidade pública e o acesso negado às escolas públicas do ensino médio, o questionamento sobre a eficácia do vestibular para a seleção de seus futuros alunos e os atos de racismo no meio acadêmico provocaram momentos de agitação, promovendo debates, reuniões, seminários, palestras, manifestações públicas, que reivindicavam ou criticavam a implementação de ações afirmativas nas universidades públicas (Paiva e Almeida, 2010).

Como indica Paiva (2010), as políticas de ação afirmativa no ensino superior vêm criticar o modelo educacional público do país, em que se observa extrema precariedade no ensino básico e um elevado elitismo no ensino superior, já que este é praticamente exclusivo para quem pode pagar escolas particulares de excelência ou caros cursos de preparação para o vestibular, deixando de fora quem depende da educação pública, que não tem capacidade de competir em igualdade de condições.

Vêm também trazer o debate sobre a desigualdade racial nas universidades públicas, além de levantar questões novas que se apresentam quando se começa a mudar a cor e a classe dos universitários, como o preconceito e o racismo. Segundo Paiva e Almeida (2010), elas provocam a revisão da própria concepção da função da universidade pública e vêm, também, para questionar a “neutralidade estatal”, que tem se revelado incapaz de tirar grupos dos lugares históricos de subalternidade.

## **1.2 – Principais argumentos contrários às ações afirmativas de cunho racial**

Entre os principais argumentos contrários à implementação de ações afirmativas direcionadas a negros é apontado o receio de que elas provoquem a racialização da sociedade brasileira. Segundo Fry (2005), a crença em raças sai fortalecida com a implementação de tais políticas, pois estas exigiriam a definição racial dos seus beneficiários, estimulando os pertencimentos raciais e étnicos, atribuindo especificidades à “raça negra”, provocando, assim, o fortalecimento do mito racial. Para ele, quando a crença em raças adquire a força da lei, ela se torna cada vez mais difícil de ser eliminada. Fry e Maggie (2004) afirmam que ações afirmativas para negros rompem com a ideologia segundo a qual o Brasil é país de infinitas misturas, entrando em seu lugar a ideia de que é um país de “raças distintas”, formada por dois grupos estanques, quais sejam, os que têm e os que não têm direito à ação afirmativa, isto é, os negros e os brancos. Haveria, dessa forma, a substituição da velha e tradicional taxonomia de muitas categorias, de infinitas gradações de cor, por uma taxonomia bipolar, congruente com as da África do Sul e dos Estados Unidos. Os autores apontam que tal mudança na armadura da ideologia racial nacional foi realizada sem debate nem votação, que foi imposta “de cima para baixo”. Além de romper com essa ideologia, afirmam, a implantação de políticas de ação afirmativas para negros rompeu com a tradição formal republicana do a-racismo e do anti-racismo. A opinião deles é a de que “[n]ão se vence o racismo celebrando o conceito “raça”, sem o qual, evidentemente, o racismo não pode existir” (Fry e Maggie, 2004, p.6).

Azevedo (2004) afirma que “é preciso encarar os paradoxos do anti-racismo o quanto antes, buscando-se saídas viáveis para continuar a luta contra o racismo sem cair na tremenda (e perversa) armadilha propiciada pela noção de raça” (Azevedo, 2004,

p.16). Para ela, também, é prejudicial o apoio formal do Estado na “construção de uma ordem racial explícita”. Segundo a autora, a luta contra o racismo requer que se lute pela desracialização dos espíritos e das práticas sociais, o que implica rechaçar qualquer medida de classificação racial pelo Estado. A historiadora aponta que “precisamos desconstruir esta devastadora ficção científica das raças que agora se quer impor uma vez mais, porém, na roupagem atrativa e ilusória da ‘discriminação positiva’” (Azevedo, 2004, p.50).

É comum a advertência de críticos das ações afirmativas para negros de que estas são cópias de algo que surgiu no contexto específico dos Estados Unidos. Critica-se a sua transposição ao cenário brasileiro, em que os “anseios assimilacionistas” continuariam fortes, estando, portanto, em conflito com os “princípios segregacionistas” das ações afirmativas (Fry, 2005). Segundo Azevedo (2004), a opção política pela cota racial conta com incentivos financeiros oferecidos por fundações dos Estados Unidos à educação e à pesquisa, que as incentivam a caminhar nessa direção.

Outro argumento contrário consiste na concepção de que não é possível, no Brasil, país intensamente misturado, definir quem é negro ou não. Segundo Azevedo (2004), tendo em vista que o nosso país, diferentemente dos Estados Unidos, não teve uma segregação amparada na Lei, as definições de cor aqui são inúmeras, variando de acordo com a posição social, com a amizade ou inimizade de alguém em relação ao outro, com o contexto específico em que as pessoas se relacionam.

Críticos às políticas de ação afirmativa voltadas para negros também colocam como prováveis efeitos delas o privilégio da classe média negra e a exclusão dos brancos pobres. Segundo Azevedo (2004), no debate sobre o sucesso ou fracasso das ações afirmativas nos Estados Unidos, observa-se sempre a afirmação de que elas “beneficiaram sobretudo pessoas pertencentes à classe média negra, deixando intocado o problema da pobreza da maior parte da população negra americana” (Azevedo, 2004, p.41).

Entre outros argumentos que costumam aparecer contra as ações afirmativas de corte racial, pode-se citar a criação ou aumento da tensão inter-racial, a inviabilização dos critérios pautados pelo mérito, a diminuição da qualidade da educação das universidades e a estigmatização dos universitários negros. Há, inclusive, quem

considere a desigualdade entre brancos e negros uma questão meramente econômica, resultante da falta de oportunidades para os pobres em geral. A pobreza da grande maioria dos negros não se deveria também ao racismo, mas apenas às suas posições iniciais desprivilegiadas. A melhoria do ensino básico público seria, portanto, a solução.

Hofbauer (2006) indica que em várias análises que se mostram contrárias à implementação de ações afirmativas de cunho racial privilegia-se o mundo simbólico em detrimento da questão da desigualdade social, correndo o perigo de se transformar em discursos justificatórios dos mitos sociais:

[e]m vários discursos que comentam o projeto de “cotas para negros” com preocupação, alertando para um possível acirramento de conflitos entre brancos e negros e/ou condenando abertamente esta medida política, podemos perceber não exatamente uma cópia do discurso de Freyre, mas igualmente uma tendência de privilegiar, na argumentação, o mundo simbólico em detrimento da questão da desigualdade social. E pode-se verificar também uma tendência de subordinar a análise de “categorias identitárias” (categorias que traduzem “pertencimento” e “delimitações grupais”) – e, com isto também, as relações entre os grupos – à existência de um “etos específico” que seria incorporado por todos os brasileiros. (Hofbauer, 2006, p.36)

[...] ao tratar “categorias identitárias” como significantes de estruturas ocultas, tende-se, freqüentemente, a esvaziar a semântica política das categorias-chave em questão (negro, branco, raça etc.). Na medida em que não se procura estabelecer relações (funcionais ou causais) entre “estruturas”, “sistemas classificatórios”, de um lado, e outros dados importantes (tais como relações econômicas e de poder) da vida social, torna-se difícil desenvolver uma análise da discriminação racial que não esteja diretamente vinculada ou permeada pelo imaginário contido nos “mitos sociais”. Ou seja, na medida em que as análises tendem a abordar a construção da(s) diferença(s) separadamente da construção da desigualdade, elas correm o perigo de se transformar em discursos justificatórios dos mitos sociais. (Hofbauer, 2006, p.40)

O autor afirma que, dentre as inúmeras abordagens teóricas sobre relações sociais no Brasil, há dois polos de argumentação: de um lado, estudos que defendem um “grupo específico” (os negros), ancorados numa tradição basicamente sociológica, concentrando-se no aspecto da desigualdade racial; e, de outro, estudos que defendem uma espécie de “etos específico”, que partem de preocupações e concepções clássicas da Antropologia Social e Cultural. Para o antropólogo, dever-se-ia aproveitar o que cada uma dessas tradições tem de frutífero a fim de se avançar na análise e, assim, achar perspectivas mais eficazes de combate ao racismo.

Segundo Hofbauer (2006), a tradição sociológica, ao promover a introdução de concepções essencializadas das diferenças humanas, tais como as categorias de “negro” e “branco”, permitiu o questionamento do discurso hegemônico, o desmascaramento de mitos. No entanto, tal postura teórico-conceitual não ofereceria pistas para interpretar a complexa questão das identidades e dos ideários. Já a tradição antropológica, como vimos, colocaria a ênfase sobre a produção dos ideários, sobre o mundo simbólico e não sobre a realidade discriminatória. Ela revelaria em seus estudos a força de referências teóricas clássicas, principalmente do estruturalismo lévi-straussiano: fala-se de sistemas classificatórios, sem explicar sua origem e analisando seu funcionamento “frequentemente numa esfera que se localiza além de processos históricos e intenções subjetivas dos vários agentes sociais”, não explorando, portanto, a dimensão política do conceito de identidade (Hofbauer, 2006, p.37). Hofbauer afirma que o correto é estudar como discursos, ideologias e condições sociais, históricas e econômicas se conjugam, abordando, portanto, a questão da desigualdade e a relativa às “especificidades simbólico-culturais” numa perspectiva integrada. Segundo ele,

[n]uma abordagem que procura evitar o risco de promover concepções essencializadas do mundo (ou de “grupos raciais” ou de “mundos simbólicos”) e se propõe a servir também como uma “crítica cultural/social”, não me parece muito adequado tratar a desigualdade sem levar em consideração a diferença, ou vice-versa. É que a força (a “essência”) do fenômeno que poderíamos chamar de racismo provém provavelmente da maneira como concretudes e ideários se entrelaçam, ou seja, como “desigualdade real” e “diferença simbólica” são produzidas, articuladas e mescladas pelos atores sociais (Hofbauer, 2006, p.46)

Na fala de pessoas que se opõem à implementação, nas universidades públicas, de ações afirmativas de corte racial, haveria outros meios de se combater o racismo, de tal forma a não se racializar a sociedade. Segundo Fry e Maggie (2004), tais medidas seriam políticas dirigidas à pobreza em geral, atingindo automaticamente grande número de negros. Uma política dirigida a aumentar a oportunidade de todos, apontam, acaba por aumentar o número de negros com qualificação para entrar na universidade. Azevedo (2004) afirma que o anti-racismo universalista proíbe o reconhecimento de particularismos culturais ou raciais, contando com medidas repressivas para coibir o racismo e com medidas preventivas através de políticas que visam reduzir as desigualdades e exclusões sociais. Dessa forma, todos recebem um tratamento idêntico aos demais, o que significa que essas medidas devem garantir a igualdade de direitos para todas as pessoas. Os defensores dessa modalidade de anti-racismo, que acreditam

que políticas diferencialistas colaboram com o racismo ao racializar as pessoas, aspirariam “fundar uma sociedade em que as pessoas se imaginam parte da humanidade; o racismo cessaria à medida que as pessoas já não mais reconhecessem raças humanas em suas práticas”. (Azevedo, 2004, p.71)

### 1.3 – Posições favoráveis às ações afirmativas de cunho racial

Já aqueles favoráveis às ações afirmativas para negros vêm indicar que as políticas universalistas não são capazes de resolver sozinhas o problema das desigualdades raciais. Mesmo com a implementação delas, os negros se mantêm com baixos índices de indicadores sociais, sendo necessário que se garanta medidas focalizadas a fim de que haja igualdade de oportunidade para esse grupo historicamente discriminado. Em relação a essa questão, Machado e Silva (2010) mostram uma divulgação do relatório do IPEA:

IPEA afirma que racismo só será combatido com política específica – O Brasil branco é 2,5 vezes mais rico que o Brasil negro, e só políticas específicas para os negros podem dar resultado efetivo para reduzir a desigualdade racial. Esse é o resultado de estudo mostrado ontem pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) na Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância. O estudo de Ricardo Henriques mostra que, historicamente, as diferenças entre negros e brancos vêm se mantendo. Na educação, um branco de 25 anos tem, em média, 2,2 anos a mais de estudo que um negro da mesma idade. "Precisamos de políticas específicas para os negros. Só políticas universais não estão resolvendo", disse o presidente do Ipea, Roberto Martins. (Folha de S. Paulo, 8 jul. 2001 apud Machado e Silva, 2010, p.27)

Sobre o mesmo relatório, Domingues (2007) afirma que

[c]onforme apurado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no ano de 2001, todas as políticas públicas universalistas empreendidas pelo governo, desde 1929, não conseguiram eliminar a taxa de desigualdade racial no progresso educacional do brasileiro. Os brancos estudam em média 6,6 anos e os negros 4,4 anos. Esta distância, de 2,2 anos, é praticamente a mesma do início do século XX. A conclusão é reveladora: apesar de ter acontecido uma elevação do nível de escolarização do brasileiro, de 1929 para os dias atuais, a diferença de anos de estudos dos negros frente aos brancos permanece inalterada. (Domingues, 2007, p.243)

Joaquim B. Barbosa Gomes (2001) indica que a experiência mostrou que a ideia de pensadores e teóricos da escola liberal, segundo a qual a simples inclusão da igualdade entre os direitos fundamentais na lei já bastaria para tê-la como efetivamente assegurada, caiu por terra. No seu dizer, “tal como construída, à luz da cartilha liberal

oitocentista, a igualdade jurídica nada mais era do que uma mera ficção” (p. 3). Surge o conceito de igualdade material (ou substancial), que diferentemente do dogma liberal da igualdade formal, recomenda que se levem “na devida conta as desigualdades concretas existentes na sociedade, devendo as situações desiguais ser tratadas de maneira dessemelhante” (p. 4), de forma a promover justiça social. Essa nova postura do Estado seria necessária na medida em que,

[c]omo se sabe, a idéia de neutralidade estatal tem-se revelado um formidável fracasso, especialmente nas sociedades que durante muitos séculos mantiveram certos grupos ou categorias de pessoas em posição de subjugação legal, de inferioridade legitimada pela lei, em suma, em países com longo passado de escravidão. Nesses países, apesar da existência de inumeráveis dispositivos constitucionais e legais, muitos deles promulgados com o objetivo expresso de fazer cessar o status de inferioridade em que se encontravam os grupos sociais historicamente discriminados, passaram-se os anos (e séculos) e a situação desses grupos marginalizados pouco ou quase nada mudou (Gomes, 2001, p. 36).

Para os adeptos das políticas afirmativas, portanto, as políticas universalistas, ao não considerar as diferenças de posições dos grupos sociais, tratando todos da mesma forma, “não lograram mitigar os efeitos de marginalização e subordinação de grupos específicos da sociedade, como é o caso das mulheres, dos povos indígenas e dos negros no Brasil”. (Paiva, 2010, p.13) Ademais, demonstram que, diferentemente do que muitos deixam subentendido – em vez da implantação de políticas de ações afirmativas, deve-se optar pelo aumento do investimento na escola pública ou, mais genericamente, por políticas de cunho universal, como se fosse necessário ter de escolher uma ação ou outra –, ambas podem ser feitas concomitantemente. Reforçam que não se deve ficar apenas esperando por políticas universalistas, que, além de não satisfazerem o problema completamente, demandam mais gastos e maior vontade política. Nesse sentido, Guimarães (*apud* Holanda, 2008, p.38) afirma que

[o] que está em questão, portanto, não é uma alternativa simples, diria mesmo simplista, entre políticas de cunho universalista *versus* políticas de cunho particularista. O que está em jogo é outra coisa: devem as populações negras, no Brasil, satisfazer-se em esperar uma "revolução do alto", ou devem elas reclamar, de imediato e *pari passu*, medidas mais urgentes, mais rápidas, ainda que limitadas, que facilitem seu ingresso nas universidades públicas e privadas, que ampliem e fortaleçam os seus negócios, de modo que se acelere e se amplie a constituição de uma “classe média” negra? (Guimarães *apud* Holanda, 2008, p.38)

Ou, como indica Medeiros (2009),

[o] maniqueísmo dessa solução é algo que salta aos olhos – ou se ataca a pobreza ou se enfrenta a questão racial, quando é evidente que se trata de problemas diferentes, ainda que relacionados, como duas linhas sinuosas que

se entrelaçam e se separam, e portanto exigem soluções distintas, embora coordenadas. Valeria lembrar, ainda, que medidas universalistas de combate aos malefícios associados à pobreza tendem a beneficiar desproporcionalmente os pobres brancos, como nos mostram os números referentes à educação: quanto maior a escolaridade, maior a diferença salarial entre os dois grupos, mesmo descontando-se outras variáveis, como tempo de experiência profissional. Desse modo, uma política educacional que proporcione a melhoria geral dos padrões de ensino público acabará beneficiando mais os pobres brancos do que os pobres negros. É o que tem acontecido nos últimos 70 anos, como nos mostra o trabalho de Ricardo Henriques (2001). (Medeiros, 2009, p.68)

Segundo Bernardino-Costa (2004),

frente à constatação do peso negativo desempenhado pela raça no que diz respeito às oportunidades de fruição da vida por parte da população negra, e diante da constatável insuficiência de políticas universalistas para aplacar as desigualdades de cunho racial, percebe-se a necessidade de políticas sensíveis a cor, voltadas especialmente para a população negra. Não se trata de negar a importância das políticas universalistas de combate à desigualdade estrutural; trata-se tão-somente de conciliá-las com as políticas particularistas que de fato podem minimizar as desigualdades raciais percebidas no topo da pirâmide social brasileira num curto espaço de tempo. (Bernardino-Costa, 2004, p.92)

Santos (2009) lembra que as ações afirmativas não são dirigidas somente aos negros; elas são dirigidas a grupos discriminados, em função de raça/etnia, gênero, casta, origem nacional, etc. Nesse sentido, desejando responder à crítica de que as políticas de ação afirmativa não resolveriam o problema da pobreza, afirma:

[p]ercebe-se então que as ações afirmativas não são necessariamente políticas públicas de combate à pobreza, mas de combate a discriminações, inclusive à de classe. Neste último caso se poderia estar combatendo indiretamente a pobreza, caso um pobre (independentemente da sua cor) fosse beneficiado por algum tipo de ação afirmativa por ser discriminado enquanto pobre e não pelo fato de o Estado brasileiro querer livrá-lo da condição de pobre. Assim, repita-se: ação afirmativa não é uma política de combate à pobreza como querem nos fazer crer alguns críticos das ações afirmativas propostas para os negros, mas uma política de combate às discriminações. (Santos, 2009, p.117)

Outra resposta a críticas daqueles contrários à implementação de ações afirmativas para negros é dada por Munanga (2009), que afirma que a solução dada por esses críticos das ações afirmativas para eliminar o racismo da sociedade brasileira, que passa pela erradicação da raça e, conseqüentemente, pela eliminação da construção das identidades raciais, contrapõe-se à proposta dos movimentos negros, que visam à obtenção de uma plataforma de mobilização política para lutar contra as desigualdades através da construção da identidade racial das pessoas vítimas do racismo. Para o autor, a ideologia racista não precisa do conceito de raça para se refazer e se reproduzir. Ele



traz alguns exemplos como forma de demonstrar isso: o *apartheid* demonstrava a radicalização do racismo sem lançar mão da palavra raça; o Brasil criou seu racismo com base na negação dele; a maioria dos países ocidentais pratica o racismo contra negros e árabes servindo-se somente dos conceitos de diferenças culturais e identitárias, sem mais recorrer ao conceito de raça. Segundo o autor, com ou sem o conceito de raça, o racismo persiste; ele é uma ideologia capaz de parasitar em todos os conceitos. Ele aponta que

[a] saída, no meu entender, não está na erradicação da raça e dos processos de construção da identidade racial, mas sim numa educação e numa socialização que enfatizem a coexistência ou a convivência igualitária das diferenças e das identidades particulares. Visto desta ótica, penso que implantar políticas de ação afirmativa não apenas no sistema educativo superior, mas em todos os setores da vida nacional onde o negro é excluído, não significa destruir a identidade nacional nem a “mistura racial” como pensam os críticos das políticas de cotas, que eles mesmos rotulam como cotas raciais, expressão que não brotou da boca do Movimento Negro brasileiro. Sem construir a sua identidade racial ou étnica, alienada no universo racista brasileiro, o negro não poderá participar do processo de construção da democracia e da identidade nacional plural em pé de igualdade com seus compatriotas de outras ascendências (Munanga, 2009, p.190).

Dessa forma, reitera-se a importância das ações afirmativas direcionada aos negros como uma das estratégias para se superar a desigualdade racial secular no Brasil. Elas buscam reverter esse quadro de desigualdade histórica, corrigir essas distorções sociais historicamente consolidadas, construir uma sociedade mais equânime, incluindo nas universidades públicas esse grupo tradicionalmente relegado a ficar de fora do acesso à educação superior e tornando possível uma maior representatividade dos negros nas esferas públicas e privadas. Ademais, objetivam a construção de uma sociedade plural, reconhecendo valores culturais diversificados, buscando promover a diversidade cultural no ambiente acadêmico. No voto do ministro Ricardo Lewandowski na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 186), o relator do caso afirma que “a universidade é o espaço ideal para a desmistificação dos preconceitos sociais com relação ao outro e, por conseguinte, para a construção de uma consciência coletiva plural e culturalmente heterogênea” (p.32). Segundo ele, definiu-se que as políticas de ação afirmativa “não configuram meras concessões do Estado, mas consubstanciam deveres que se extraem dos princípios constitucionais” (p.41). Como aponta o ministro,

[a]s ações afirmativas, portanto, encerram também um relevante papel simbólico. Uma criança negra que vê um negro ocupar um lugar de evidência na sociedade projeta-se naquela liderança e alarga o âmbito de possibilidades

de seus planos de vida. Há, assim, importante componente psicológico multiplicador da inclusão social nessas políticas. (p.29)

Nesse mesmo sentido, Joaquim B. Barbosa Gomes (2001) indica como um dos objetivos das políticas de ação afirmativas para os negros a criação de “personalidades emblemáticas”, que seriam

um dos principais instrumentos de criação de exemplos vivos de mobilidade social ascendente: os representantes de minorias que, por terem alcançado posições de prestígio e poder, serviriam de exemplo às gerações mais jovens, que veriam em suas carreiras e realizações pessoais a sinalização de que não haveria, chegada a sua vez, obstáculos intransponíveis à realização de seus sonhos e à concretização de seus projetos de vida (Gomes, 2001, p. 49)

Além desse objetivo, as políticas afirmativas almejavam, segundo o autor, garantir a efetiva igualdade de oportunidades; “induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, aptas a subtrair do imaginário coletivo a ideia de supremacia e de subordinação de uma raça em relação à outra, do homem em relação à mulher” (p. 44); promover “transformações culturais e sociais relevantes, inculcando nos atores sociais a utilidade e a necessidade da observância dos princípios de pluralismo e da diversidade nas diversas esferas do convívio humano” (p. 6); “não apenas coibir a discriminação do presente, mas sobretudo eliminar os ‘lingering effects’, ie, os efeitos persistentes (psicológicos, culturais e comportamentais) da discriminação do passado, que tendem a se perpetuar” (p. 47); garantir “a implantação de uma certa ‘diversidade’ e de uma maior ‘representatividade’ dos grupos minoritários nos mais diversos domínios da atividade pública e privada” (p. 47); “eliminar as ‘barreiras artificiais invisíveis’ (glass ceiling) que emperram o avanço de negros e mulheres” (p. 48); “evitar que a discriminação, que inegavelmente tem um fundo histórico e cultural, e não raro se subtrai ao enquadramento nas categorias jurídicas clássicas, finde por perpetuar as iniquidades sociais” (p. 39).

A ampliação do acesso dos negros ao ensino superior transformaria, portanto, a universidade pública em um espaço mais diverso, mais democrático, fazendo-a repensar sua função e tomar consciência de sua condição excludente. Essa ampliação traz novas questões para as universidades, como por exemplo, a preocupação com políticas de permanência, o acesso a valores culturais diversificados, as mudanças nas estruturas curriculares e nas atividades de pesquisa e extensão e a implementação de ações afirmativas para negros também na pós-graduação, na pesquisa e na docência.

#### 1.4 – A implementação do sistema de cotas para negros na UnB

No dia 17 de novembro de 1999, José Jorge de Carvalho e Rita Segato apresentaram, pela primeira vez, na Biblioteca Central da Universidade de Brasília, por ocasião da Semana da Consciência Negra, a defesa da implementação de políticas de cotas para negros e indígenas no vestibular da UnB (Carvalho, 2004). O “caso Ari”, como ficou conhecido, foi um dos fatores que motivaram os dois professores do Departamento de Antropologia a elaborarem essa proposta. Tratou-se de um episódio de discriminação contra o primeiro aluno negro do doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB em seus vinte anos de existência, Arivaldo Lima Alves, sob a legação de ter sido injustamente reprovado em uma disciplina. Como aponta Tavolaro (2007), Carvalho e Segato resolveram, depois de tentativas frustradas de chamar a atenção da comunidade acadêmica para o “caso Ari”, propor cotas para negros a fim de criar um fato político, pois acreditavam ser essa a única maneira de transformar aquilo que consideraram como caso “emblemático da dificuldade dos negros nas universidades públicas brasileiras” numa questão propriamente política.

A entidade negra EnegreSer também foi um fator interno importante para que o sistema de cotas fosse aprovado. Tal organização, que se originou após um ato de discriminação contra um grupo de estudantes negros numa festa do Encontro de Antropologia e Arqueologia da América Latina (FELAA), exerceu fortes pressões para a implementação do sistema de cotas, inclusive no dia da votação da proposta pelo CEPE.

Segundo Tavolaro (2007), outros eventos contribuíram para que o sistema de cotas fosse implementado na UnB. A autora afirma que o impacto da Conferência de Durban fez-se sentir de forma particularmente acentuada em Brasília, capital e centro administrativo do país, e de forma ainda mais intensa na UnB, que se tornou “não só palco privilegiado dessas discussões como alvo da onda de denúncias contra o racismo que caracterizou o período que antecedeu a Conferência” (Tavolaro, 2007, p.11). Nesta época, o jornal local *Correio Brasiliense* publicou um artigo que apontava a UnB como exemplo nítido da exclusão de estudantes negros da universidade pública, e o então vice-reitor Timothy Mulholland declarou que a “UnB é branca”. A autora afirma que “a declaração de Mulholland pode ser lida como sinal claro de que os termos da agenda

anti-racista de Durban haviam reverberado entre os administradores da universidade” (Tavolaro, 2007, p.11).

Segundo Santos (2003), entre alguns fatores que contribuíram de forma significativa para a aprovação da proposta do sistema de cotas, pode-se enumerar:

a) a coragem e a determinação dos autores de elaborar e defender a proposta sem tergiversações, bem como de politizarem o “Caso Ari”. Associado a isso, devemos lembrar a coragem, o empenho e a determinação de um pequeno número de acadêmicos (professores e alunos da UnB) que deram suporte político, acadêmico e emocional aos autores da referida proposta; b) a pressão moral, no dia da votação, por parte de um grupo muito pequeno de alunos da UnB, militantes do EnegreSer, bem como de alguns poucos professores favoráveis às cotas para negros; c) o apoio à proposta e a vontade político-acadêmica do então vice-reitor Timothy M. Mulholand e da ex-decana de extensão Dóris dos Santos Farias, de aprová-la; d) a articulação acadêmico-política entre a vice-reitoria, o decanato de extensão, os autores da proposta e seus apoiadores, para que houvesse a participação de pessoas emblemáticas na reunião do dia 6 de junho de 2003, como a ministra Matilde Ribeiro e a professora Petronilha Beatriz Golçalves e Silva, articulação acadêmico-política essa que, afinal, possibilitou aos Movimentos Sociais Negros ter voz ativa na composição da mesa dessa reunião, por meio de duas agentes sociais desses movimentos, a ministra Matilde Ribeiro e a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (Santos, 2003, p.407).

Em março de 2002, a proposta de Carvalho e Segato foi formalmente apresentada ao Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão (CEPE) da UnB. Em junho de 2003, foi, então, aprovado pelo CEPE o *Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial da Universidade de Brasília*, que estabelecia, por um período de dez anos, a reserva de 20% das vagas para negros e a disponibilização de um número de vagas para índios. Em 2004, a UnB realizou seu primeiro vestibular com o sistema de cotas, tornando-se a primeira universidade federal a implementar políticas de ação afirmativa voltadas para negros e índios, e passando a atuar como modelo para as demais universidades do país.

## Capítulo II

### **Pesquisa com cotistas negros das três grandes áreas de conhecimento da UnB**

Esta pesquisa teve como questão motivadora conhecer e analisar vivências e opiniões de estudantes cotistas negros da Universidade de Brasília, abrangendo estudantes das três grandes áreas de conhecimento: 1) Ciências da Vida e Saúde; 2) Artes e Humanidades; 3) Ciências Exatas e Tecnológicas <sup>2</sup>. O fato de a maioria das pesquisas que abordaram essa temática terem se voltado prioritariamente aos cursos de Humanidades e a minha curiosidade de investigar a realidade dos alunos cotistas negros das outras duas grandes áreas foi um dos motivos que me levou a realizar esta pesquisa. Dessa forma, tinha como pretensão analisar opiniões, reflexões e experiências de cotistas negros da UnB de forma abrangente, observando eventuais convergências e divergências entre as grandes áreas analisadas.

Em estudo sobre ações afirmativas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o antropólogo Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto (2006) selecionou os cursos a serem pesquisados de acordo com os seguintes critérios: cursos de “prestígio social elevado” e com menor número de negros antes da reserva de cotas (medicina, odontologia e direito) e cursos com “prestígio social baixo” e com maior número de negros antes da reserva de cotas (pedagogia e ciências sociais). Tal recorte pareceu-me bastante interessante na medida em que inferia diferenças significativas entre esses dois grupos de cursos a partir de questões como as “representações acerca do mérito individual” e a “assunção de valores individualistas e competitivos *versus* igualitários e compensatórios”.

Dessa forma, utilizei a classificação das grandes áreas de conhecimento adotada pela UnB, selecionando dois cursos de cada grande área, sendo um de “prestígio social elevado” e outro de “prestígio social mais baixo”, totalizando seis cursos. O critério adotado para selecionar qual curso seria o mais prestigiado socialmente e o menos prestigiado socialmente dentro de cada grande área foi a nota mínima de ingresso de

<sup>2</sup> Tal classificação em três grandes áreas pode ser vista na “Resolução da CPP n. 001/2011”, disponível em: [http://www.unb.br/administracao/decanatos/dpp/legislacao/Pre-Projeto%20de%20Resolucao%20a%20CPP%20DPP\\_%20ProIC.pdf](http://www.unb.br/administracao/decanatos/dpp/legislacao/Pre-Projeto%20de%20Resolucao%20a%20CPP%20DPP_%20ProIC.pdf)

cada curso, disponível no Boletim Informativo do 1º Vestibular de 2012 <sup>3</sup>. Os cursos abordados pela pesquisa, seguindo esse critério, sendo o primeiro com elevado prestígio social e o segundo com prestígio social mais baixo, foram: Medicina e Terapia Ocupacional (Ciências da Vida e Saúde), Direito e Letras Português – Noturno (Artes e Humanidades) e Engenharia Civil e Física – Noturno (Ciências Exatas e Tecnológicas).

Aspirava saber, através da pesquisa, se a maioria dos cotistas negros que iria entrevistar entende os propósitos das cotas raciais, se sabe de seu histórico, se conhece os argumentos em questão. Também gostaria de conhecer suas visões sobre o fenômeno do racismo no Brasil, a respeito dos movimentos negros brasileiros, acerca de medidas a serem adotadas com vistas à diminuição do racismo no país, bem como situações de discriminação racial por que passaram. Com relação aos cursos, desejava saber se o tema das relações raciais é debatido e se a maioria dos cotistas entrevistados participa ou já participou de organizações negras e de atividades na universidade relacionadas à questão racial. Outro objetivo consistia em saber se há pontos de tensão, pontos de conflitos, incômodos, constrangimentos nas relações dos cotistas em seu cotidiano na universidade.

A minha hipótese era de que tais pontos de tensão, tais incômodos estariam presentes de maneira mais intensa em alguns dos cursos: em uma escala contendo os seis cursos selecionados, o máximo grau se daria nos cursos de “elevado prestígio social” que não fossem da área de Artes e Humanidades (Engenharia Civil e Medicina), enquanto o menor grau ocorreria no curso de Artes e Humanidades de “baixo prestígio social” (Letras Português - Noturno). Também esperava encontrar diferenças quanto ao grau de participação em atividades relacionadas ao tema das relações raciais e em organizações negras. Conforme minha hipótese inicial, seria maior nos cursos de Humanidades. Nestes, também, a questão racial seria mais intensamente discutida. Correlacionado a esses fatores, a minha hipótese era de que os alunos dos cursos da área de Humanidades teriam maior conhecimento sobre os objetivos das ações afirmativas voltadas para negros no ensino superior, sobre seu histórico, bem como acerca das respostas dadas aos críticos de tais políticas. Ademais, haveria diferenças entre as formas de ver e de lidar com o racismo.

<sup>3</sup>

Disponível em:

[http://www.cespe.unb.br/vestibular/1VEST2012/arquivos/BOLETIM\\_INFORMATIVO\\_\\_10\\_VESTIBULAR\\_2012.PDF](http://www.cespe.unb.br/vestibular/1VEST2012/arquivos/BOLETIM_INFORMATIVO__10_VESTIBULAR_2012.PDF)

Vale salientar que inexistem dados oficiais consolidados a respeito do número exato de estudantes cotistas negros da UnB. Também não há informações precisas sobre sua distribuição pelas grandes áreas de conhecimento e em seus respectivos cursos. Por isso, optei pela técnica de pesquisa conhecida como “bola de neve”.

Pretendia realizar entrevistas semi-estruturadas com dois estudantes cotistas negros de cada um dos seis cursos selecionados, contabilizando um total de 12 entrevistas. Como surgiram possibilidades de realizar duas a mais no curso de Direito e uma a mais no curso de Engenharia Civil, foram enfim realizadas 15 entrevistas semi-estruturadas ao todo. Questionários também foram aplicados aos entrevistados, de forma a complementar dados, buscando informações tais como a idade, onde cursou o ensino básico, se fez curso preparatório para o vestibular, os níveis de instrução dos pais e a renda familiar.

A princípio, julguei que a melhor maneira de me aproximar dos sujeitos da pesquisa seria abordá-los individualmente nos intervalos das aulas. Tal forma me pareceu ser a menos enviesada, por assim dizer, tendo em vista que a sala de aula é o local onde os estudantes cotistas negros dos cursos selecionados estão presentes sem levar em conta outros critérios. Explico-me: caso fosse ao Centro de Convivência Negra, por exemplo, a fim de encontrar estudantes dispostos a conceder entrevistas, estes, além de atenderem ao requisito de serem cotistas negros, provavelmente já trariam consigo outras características tais como envolvimento em debates sobre relações raciais, maior grau de “politização”, por assim dizer, maior interesse pelo tema do racismo, entre outros. Todas essas características fariam parte do rol de questões que eu justamente iria pesquisar com que frequência e em que circunstâncias estavam presentes. Daí ter optado por evitar realizar entrevistas no Centro de Convivência Negra.

Cabe observar que as duas tentativas feitas nas aulas de Engenharia Civil bem como as duas nas aulas de Direito foram mal sucedidas. É certo que as ações afirmativas trouxeram um contingente bem maior de negros para a universidade, mas ainda assim eram poucos os cotistas nessas salas de aula. A minha intenção era abordá-los quando estivessem sozinhos, pois julguei que, se por um lado, algumas pessoas fazem questão de dizer que entraram pelo sistema de cotas, orgulham-se disso e lutam a favor da causa, por parte de outras, haveria certo constrangimento em dizer que são cotistas. Como os

poucos que vi estavam em grupo, tive receio de causar embaraços. O único aluno que encontrei sozinho durante essas tentativas, e com o qual conversei, era um rapaz que frequentava aulas em uma sala onde eram ministradas disciplinas de Direito, mas tomei conhecimento de que, na verdade, tratava-se de um estudante do Mestrado do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, fora, portanto, dos critérios de seleção adotados na pesquisa. Depois de me empenhar algumas horas na tentativa de fazer valer tal maneira de abordar os sujeitos da pesquisa e vê-la seguidamente frustrada, resolvi tentar outro método.

Conforme salientei anteriormente, optei pela técnica conhecida como “bola de neve”. Para os cursos de Medicina, Terapia Ocupacional, Letras e Física, recorri a conhecidos desses cursos para que eles indicassem colegas que se enquadrassem no perfil da pesquisa, os quais, por sua vez, poderiam me apontar outros colegas. No caso da Medicina, um estudante indicou três colegas, para quem enviei mensagens de texto no celular, apresentando a pesquisa e deixando espaço para questionamentos sobre a mesma. Um dos estudantes contatados alegou não ter disponibilidade de tempo ao passo que os outros dois aceitaram conceder a entrevista. No caso da Terapia Ocupacional, uma estudante me indicou uma colega, para quem também enviei mensagem ao celular, obtendo uma resposta positiva. Esta, por sua vez, sugeriu outra colega, que também aceitou conceder a entrevista. No caso do curso de Letras, um conhecido, que pertence à gestão do Centro Acadêmico desse curso, forneceu-me o telefone de duas estudantes, que retribuíram a mensagem positivamente. No caso do curso de Física, conhecia uma estudante cotista negra, que prontamente dispôs-se a contribuir para a pesquisa. Quando indaguei se ela poderia indicar um colega, disse-me que o único conhecido havia abandonado o curso de Física.

O método ao qual recorri para poder entrevistar mais um estudante do curso de Física foi procurar, na rede social Facebook, grupos de alunos do curso. Postei uma mensagem em um dos grupos apresentando a pesquisa e solicitando colaboração às pessoas que cumpriam os requisitos. A única pessoa que me contactou foi um estudante negro não-cotista, que acabei optando por entrevistar em virtude da proximidade do esgotamento dos prazos pré-definidos. Tratou-se, no entanto, de uma entrevista que trouxe informações valiosas graças às próprias circunstâncias em que o estudante ingressou na UnB: ao entrevistá-lo, soube que o motivo pelo qual foi levado a não



participar do sistema de cotas para negros foi a falta de conhecimento sobre como funcionava o vestibular da UnB, tendo em vista que morava em Goiânia e havia se preparado para o vestibular da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Quanto aos demais cursos, a metodologia empregada foi análoga a essa última, com a diferença de que deixava mensagens individuais às pessoas que encontrava nos grupos dos cursos selecionados para a pesquisa na rede social Facebook, as quais julgava serem potenciais entrevistados. No caso da Engenharia Civil, enviei mensagem a sete estudantes no total. Um deles não respondeu, outros dois disseram não ter disponibilidade de tempo, mas indicaram outros dois colegas cada um. Dentre esses quatro, três se dispuseram a cooperar com a pesquisa. No caso do curso de Direito, enviei mensagens pessoais a dez estudantes, entre os quais quatro não enviaram nenhuma resposta, dois disseram haver entrado pelo PAS e não pelo sistema de cotas e quatro aceitaram conceder a entrevista.

No total, foram nove homens e seis mulheres entrevistados, com média de idade de 22,5 anos. A duração média das quinze entrevistas, realizadas entre o dia 25 de abril de 2013 e 23 de maio de 2013, foi de aproximadamente 28 minutos. Duas entrevistas foram realizadas no campus da UnB em Ceilândia, duas nos prédios de dois estudantes e as restantes no campus Darcy Ribeiro. Procurei realizar perguntas acerca do grau de discussão dentro do curso sobre o tema das relações raciais, do grau de envolvimento com movimentos negros, do nível de participação em disciplinas, pesquisas ou atividades de extensão na universidade relacionadas a esse tema, das visões sobre o racismo no Brasil, das situações de discriminação racial por que passaram (tanto fora como dentro da UnB), das opiniões sobre ações afirmativas no ensino superior, das opiniões sobre o papel dos movimentos negros brasileiros e das opiniões sobre que medidas deveriam ser tomadas para enfrentar o racismo no país.

## Capítulo III

### Discussão dos resultados da pesquisa

#### 3.1 – Participação em organizações negras e em atividades relacionadas ao tema das relações raciais

Conforme salientei no capítulo precedente, tinha como hipótese encontrar maior grau de participação em coletivos negros e em atividades envolvendo a questão racial por parte de estudantes da grande área de Artes e Humanidades e menor grau por parte daqueles da grande área de Ciências da Vida e Saúde e da grande área de Ciências Exatas e Tecnológicas. No âmbito desta pesquisa, tal hipótese foi confirmada. Em uma escala contendo os seis cursos selecionados, em um extremo estão os cursos de Letras e de Direito: todos os estudantes entrevistados desses cursos participam ou já participaram de tais atividades ou organizações (se fosse considerada a intensidade dessa participação, o curso de Letras estaria mais ao extremo do que o de Direito já que as duas estudantes relatam ter participado de inúmeras atividades/grupos). No outro extremo está o curso de Engenharia Civil: nenhum dos três cotistas entrevistados participou. No meio da escala, estão os demais cursos (Física, Medicina e Terapia Ocupacional): neles, um dos dois entrevistados de cada curso participou e o outro não.

Como forma de visualização, poderíamos reunir os estudantes em dois grupos. O primeiro composto pelos nove que participam ou participaram de atividades relacionadas à questão racial e/ou de organizações negras. O segundo composto pelos seis alunos que nunca participaram. Este poderia ser subdividido em outros dois grupos: um integrado por quatro cotistas que não participaram, mas que alegaram que têm interesse e o outro composto pelos dois estudantes de Engenharia Civil que não participaram e que disseram não ter interesse em participar.

Muitos estudantes declaram ser a falta de tempo, a dificuldade de “fugir muito da grade”, o envolvimento com atividades específicas a seu curso os motivos por não terem participado ou por não participarem com mais intensidade de organizações negras

e/ou de atividades na universidade com essa temática. No caso de Natália<sup>4</sup>, que estuda no campus de Ceilândia, o motivo alegado, além da falta de tempo, foi a concentração das atividades de pesquisa e extensão que envolvem a questão racial no campus Darcy Ribeiro.

As estudantes de Letras, que foram as que mais intensamente participaram de grupos/atividades relacionados à questão racial, sugerem uma importante consequência de terem integrado os programas Conexões de Saberes (Jacira) e Afroatitude (Liana): foi a partir da entrada nesses projetos que passaram a se sentir inseridas na universidade. Segundo Liana, “foi o grupo (Afroatitude) que realmente me abriu aqui na universidade”. Jacira diz o seguinte: “e foi só aí que eu me inseri, me senti parte, que é meu espaço, eu tenho que ocupar, é direito meu, né?”. Liana diz que, não conhecendo muito bem funcionamento da universidade assim que iniciou o curso, foi “afobada”, matriculando-se em seis disciplinas, complicadas, no primeiro semestre. Esse fator, aliado ao fator financeiro, a fizeram pensar em desistir da universidade: “eu pensei ‘eu não vou continuar, porque não é para mim’, eu senti que a universidade não me abarcava, eu entrava e pensava ‘meu Deus, o que eu estou fazendo aqui? Não é meu espaço’”. Jacira relata que chegou a abandonar o curso de Letras/Japonês pois não se identificava com a universidade, não se identificava com os colegas, que tinham outro padrão de vida. Ela resolveu voltar à UnB (transferindo-se para o curso de Letras/Português), mas diz que se inseriu na universidade apenas quando passou a participar do projeto Conexão de Saberes:

era um projeto que acolhia os estudantes de origem popular e inseria a gente na pesquisa, né? Mostrava a nossa condição, a gente refletia sobre a nossa própria condição. E foi só aí que eu me inseri, me senti parte, que é meu espaço, eu tenho que ocupar, é direito meu, né? Eu quero que outras pessoas entrem, né? As pessoas pobres, negras, foi só aí que eu me senti parte da universidade.

A seguir, exponho os relatos dessas experiências por parte dos estudantes de cada curso separadamente.

#### a) Engenharia Civil

---

<sup>4</sup> Em todos os casos, foram adotados nomes fictícios a fim de garantir o anonimato das/dos entrevistadas/os.

Como vimos, nenhum dos três entrevistados de Engenharia Civil participou de alguma disciplina, pesquisa ou atividade de extensão na UnB relacionadas ao tema das relações raciais. Tampouco participaram de organizações negras. O único que alegou interesse em participar dessas atividades, mas que identificou na falta de tempo dos alunos de Engenharia Civil, na dificuldade de “fugir muito da grade”, de “fugir muito das Exatas” o motivo de não ter podido participar, foi João. Já Pedro e Francisco demonstraram uma opinião parecida. :

eu nunca me interessei tipo em entrar em rodas de debate, discussões sobre isso, porque eu acho que as pessoas bem ou mal elas têm a opinião formada né, pelo menos a minha visão é que a maioria tem essa opinião, que as cotas raciais não são certas, não concordam com isso, acho que outras formas de cotas seriam mais adequadas, então nunca entrei, tem lá, acho que na universidade, alguma coisa relacionada a isso, Centro de Convivência Negra, alguma coisa assim, que desenvolve algumas coisas, mas eu nunca me interessei em participar. (Pedro)

acho que de certa forma até desinteresse, não correr mesmo atrás, não querer, sabe? Porque eu não gosto de estimular esse tipo de discussão, eu acho que, não sei, não leva a muita coisa, porque as pessoas têm opiniões diferentes e é muito difícil você mudar a opinião de uma pessoa. Eu tenho a minha opinião, sabe? Também não estou tão aberto a mudar a minha opinião, então acho que tem uma falta de interesse em entrar, fazer parte. Existem movimentos de alunos negros na UnB, já fui chamado várias vezes e nunca fui a nenhum porque não me interessa, sabe? Eu não acho que você tem que unir os alunos negros contra qualquer tipo de coisa não. (Francisco)

#### b) Física

Lucas também não participou de coletivos negros nem de atividades envolvendo o tema das relações raciais na universidade (“não, não, até porque eu to no 3º semestre ainda”), mas declarou ter interesse em “pesquisar esse tema”. Gabriela relata que não participou de tais atividades na UnB, pois “realmente minha grade é muito fechada e eu mal tenho tempo de viver fazendo só as minhas; eu entrei aqui querendo pegar disciplinas sobre questões de raça, sobre questões de gênero, mas nunca consegui”. Ela já foi a duas reuniões do Movimento Negro Unificado quando cursava o Ensino Médio.

#### c) Medicina

André conta que fez parte de um grupo de debate sobre a questão racial por e-mail. Nele, “ofereciam vários projetos de extensão, estágio e tal, mas nunca dava para conciliar com a atividade acadêmica”. Bruno, que, assim como seu colega de curso,

declarou ser bastante interessado pela questão racial, diz que ficou mais envolvido com as questões da área da Saúde, não tendo participado de quase nenhuma disciplina ou atividade fora dessa área.

#### d) Terapia Ocupacional

No curso de Terapia Ocupacional, uma das entrevistadas, Renata, participa de uma pesquisa sobre racismo institucional, cuja professora orientadora é do departamento de Saúde Coletiva. Diz que tentou se matricular na disciplina “Pensamento Negro Contemporâneo”, mas não obteve sucesso “porque deu uma falha no matriculaweb”. Natália afirma que gostaria de participar de tais atividades de pesquisa e extensão, mas que, como elas se concentram no campus Darcy Ribeiro, há a necessidade de deslocamento, o que torna tal empreendimento complicado para ela.

#### e) Direito

No curso de Direito, todos os estudantes participaram de alguma atividade envolvendo a questão racial. Cauê diz que, desejando terminar logo o curso, acaba se focando mais nas disciplinas de Direito, não tendo participado de atividades de extensão, de pesquisa nem de disciplinas sobre o tema racial, mas conta que foi “umas duas” vezes ao Centro de Convivência Negra, quando havia um debate sobre cotas raciais. Diz que gosta de discutir sobre relações raciais, mas que não é um ativista, não é uma “pessoa muito ativa que está levantando a bandeira”. Márcia relata estar participando de uma pesquisa orientada por um professor do Direito sobre racismo institucional nas polícias. Matheus conta que foi uma vez ao Centro de Convivência Negra, assim que entrou na UnB. No dia, havia uma palestra que tratava do ingresso de negros no ensino superior. Ele diz que, no começo do curso, participou de um seminário no Direito e um nas Ciências Sociais que eram sobre questões raciais. Danilo está cursando uma disciplina sobre direitos das minorias. Conta que foi em uma palestra sobre “centros de inclusão” no Centro de Convivência Negra. Ele relata que está focado nos estudos para concurso, não podendo participar de outras atividades. Mas diz ter muita vontade de participar mais intensamente, que há uma diversidade de pesquisas no curso de Direito da UnB sobre o tema das relações raciais. Afirma ter vontade de, no futuro, “assim que resolver outros problemas na minha vida”, participar desses estudos, desses projetos de pesquisa.

## f) Letras

As duas estudantes entrevistadas que cursam Letras contam que participaram de várias atividades na UnB que abordavam a questão racial. Jacira diz que cursou a disciplina “Pensamento Negro Contemporâneo”, que está participando do programa “Pós-afirmativas”, que fez parte do programa “Conexão de Saberes” (programa para o qual só entravam alunos de baixa renda e em que realizaram uma pesquisa sobre jovens de origem popular de Ceilândia, passando pelo tema das relações raciais) e que fez uma matéria do curso de Serviço Social intitulada “Movimentos Sociais”, cuja professora discutia a temática racial, o movimento LGBT, entre outros. Ela relata também que seu trabalho de conclusão de curso, em que diz ter tentado inserir a temática racial dentro da linguística, foi sobre o quilombo Mesquita.

Liana diz que, desde que entrou no curso de Letras, seus trabalhos são voltados a questões étnico-raciais. Sua primeira iniciação científica foi sobre mídia e racismo, sobre a construção da identidade da mulher negra a partir da revista “Raça Brasil”, única revista de questões étnico-raciais no país. Diz que trabalhar com essa questão é muito difícil, mas que ela tenta trazer essa discussão, que escolheu isso para sua vida. Liana conta que participou “de tudo que você pensar que já teve sobre a questão étnico-racial dentro da universidade”: cinema negro, diversas palestras, encontro de estudantes negros e cotistas na UFBA, atividades sobre a lei 10.639 (que institui obrigatoriedade do ensino sobre história e cultura Afro-brasileira nas escolas), trabalho com estudantes sul-africanos, grupo Afroatitude, grupo Pretas Candangas. Ela relata que entrou no Afroatitude em 2009 e saiu neste ano devido ao emprego como professora. Diz que tudo que pôde absorver, tudo de que pôde participar, “levar pessoas, repensar, eu tentei”. Quando contou que foi à recepção aos calouros que contou com a presença de Joaquim Barbosa disse “eu fui, onde tem negro eu to lá!”.

### **3.2 – O debate de temas envolvendo a questão racial nos seis cursos**

Conforme indicado no capítulo anterior, minha hipótese era de que a questão racial seria mais intensamente debatida nos cursos de Artes e Humanidades do que nos cursos das duas outras grandes áreas. No âmbito desta pesquisa, tal hipótese não se confirmou na extensão imaginada por mim. Se, por um lado, os alunos da área de

Ciências Exatas e Tecnológicas e os de Medicina disseram não haver esse debate em seus cursos e os estudantes de Direito relataram estar presente no seu (como esperado por mim), as alunas de Letras disseram que não há esse debate em seu curso, ao passo que as estudantes de Terapia Ocupacional afirmam que, em seu curso, há essa discussão. Passo às respostas oferecidas pelos cotistas de cada curso.

#### a) Engenharia Civil

Quando perguntei a João se os alunos de Engenharia Civil debatiam o tema das cotas ou do racismo, ele ofereceu a seguinte resposta: “não, curso de Exatas você vai ver, é muito raro pessoal discutindo ideia”. Francisco respondeu: “muito pouco, eu não vejo, acho que não muito, a gente não tá muito ligado”.

#### b) Física

Segundo Lucas, “geralmente o pessoal aqui tá com a cabeça já (risos) muito ocupada com as provas, com as reprovações, então eu, pelo que eu conheço, nunca teve, nunca teve esse debate não”. Gabriela afirmou que “na Física, não tem discussão de nada além de Física (risos). O pessoal não gosta de discutir questões sociais e políticas, nada, zero assim na verdade”. Segundo ela, “não é nem porque a questão das cotas é vista pelos físicos como um problema, mas é porque simplesmente não se debate nada que seja relacionado à política mesmo, eu odeio isso, mas tudo bem”.

#### c) Medicina

Segundo os alunos de Medicina entrevistados, não se discute racismo, cotas raciais, questões ligadas às relações raciais no curso. Bruno sugere que “sempre quando alguém se manifesta para discutir alguma coisa, é sempre aqui na vanguarda”.

#### d) Terapia Ocupacional

As duas alunas de Terapia Ocupacional afirmaram que, no curso, se discutem questões raciais. Renata relata que os alunos sentiram uma necessidade de discutir temas relacionados a opressões, tais como machismo, homofobia e racismo e, dessa forma, decidiram montar um grupo de discussão, nomeado “Aflora”:

nesse grupo a gente tá entrando em contato com professores e com outras pessoas e discutindo, a gente fecha essas discussões em blocos e um bloco foi inclusive racismo, em que a gente trouxe uma moça, a Kelly do que dá aula

de Pensamento Negro Contemporâneo no Darcy para vir dar uma palestra pra gente e tudo mais, a gente sentiu essa necessidade de ser discutido isso que a gente não via tanto nas aulas e formou esse grupo, vai fazer dois semestres aí.

Natália diz que Terapia Ocupacional, juntamente com Saúde Coletiva, são os cursos do campus de Ceilândia que “mais aderem a essas discussões, a esses debates sobre esses assuntos”.

#### e) Direito

Segundo os quatro alunos de Direito, há o debate sobre assuntos envolvendo relações raciais no curso, tanto por parte dos alunos como dos professores. Márcia relata que, no semestre anterior, época em que ia haver, no Supremo Tribunal Federal, o julgamento acerca da constitucionalidade das cotas raciais, houve, no Direito, um seminário sobre essa questão. Ela diz que a atual gestão do centro acadêmico de Direito é “bastante politizada”, gosta de pautar as questões das minorias, havendo, assim, muitos debates, muitas discussões sobre questões raciais no curso.

Matheus afirma que a maioria dos professores do curso de Direito são “muito favoráveis” ao sistema de cotas para negros e apresentam ótimos elementos de discussão (dá como exemplo um professor que trabalha com políticas de movimentos sociais, com o “Direito achado na rua” e um professor que trabalha com Direito do Trabalho). Ele aponta que ele, em particular, participava mais de debates, palestras, seminários sobre o tema no começo do curso: “eu não acompanho mais muito, mas, assim, que realmente que eu já tive uma formação mais forte, que discorresse sobre o assunto, eu já vi muito”. Segundo ele, além daqueles que ingressaram no curso de Direito pelo sistema de cotas para negros, vários colegas, principalmente aqueles que fazem parte do Centro Acadêmico atual, têm “uma fundamentação muito boa sobre o sistema”.

Segundo Cauê, atualmente prevalece o debate sobre questões de gênero no curso de Direito. Ele diz que o debate sobre cotas raciais, sobre racismo está presente, mas não como antes: “já teve semestre que essa questão tava bem discutida, bem martelada, hoje acho que o pessoal já tá aceitando né, já aceitou, então não é tão discutida assim”.

Danilo diz que a Faculdade de Direito é “uma das faculdades da UnB que mais defende essa causa da inclusão de etnias que foram e são excluídas historicamente”.



Conta que, de vez em quando, acontecem palestras, projetos e seminários sobre o tema e que está cursando uma disciplina sobre direitos das minorias. Ele diz que a política da faculdade e dos alunos que estão à frente do Centro Acadêmico é a de apoiar o movimento da inclusão através da política de cotas. Segundo ele, “pelo menos na minha faculdade eu não tenho muito do que reclamar sobre essa questão de como é visto o sistema de cotas”.

#### f) Letras

As alunas de Letras que entrevistei dizem estar ausente o debate sobre a questão racial no curso. A resposta oferecida por Jacira a essa questão foi a seguinte:

de jeito nenhum! É o que me deixa mais intrigada no curso de letras português é isso. É um debate que deveria ter porque a gente vai ser professor, é Letras licenciatura, e a gente vai pra sala de aula com um pensamento racista porque a gente nem escritores negros a gente passa perto. Nem literatura africana por exemplo. Eu pergunto, a gente estuda literatura portuguesa, tá na nossa grade inteirinha. Porque a gente não estuda literatura africana se os africanos fizeram parte da nossa língua nacional, participando da nossa língua nacional. A gente não passa nem parte disso. A gente não discute racismo, mas, assim, nada. Nem uma citação e nenhum comentário de professor nenhum. Justamente, na minha opinião, porque esses professores eles, a maioria não são negros e nem pobres.

Ela diz que esse debate tampouco era de interesse dos alunos, o que, talvez, aponta, tenha sido um dos motivos pelos quais ela foi isolada pelos colegas. Estes consideravam tal assunto tema da Sociologia ou da Filosofia. Segundo ela, quando criticava algo, alguns colegas falavam “por que você não muda de curso, por que você não vai para a Sociologia? Isso aqui é Letras, a gente vai discutir racismo em Letras?”. A minoria dos alunos, diz, se interessava por esse debate. Segundo ela, tampouco há esse processo de discussão sobre questões raciais no Centro Acadêmico, “é um ou outro, mas a maioria não, a gente tem que estar sempre levando para o debate”. Diz que “tem uma galera boa ali no CALET e eles fizeram parte desse meu pertencimento”, que “são pessoas que são mais abertas para o debate”. Segundo Liana, não há essa discussão no curso de Letras, mas alguns estudantes que trabalham dentro da área da questão racial têm tentado trazê-la para o curso. Ela, por exemplo, já foi em alguns encontros de estudantes, para os quais tentou levar o debate, montando grupos de discussão.

### 3.3 – Concepções sobre racismo no Brasil

Tinha como hipótese encontrar confluência entre as visões dos alunos de todos os cursos no que se refere à existência de racismo no Brasil, mas encontrar, também, diferenças entre as formas de ver o racismo e de lidar com ele por parte dos estudantes dos diferentes cursos. Em outras palavras, esperava deparar com a opinião unânime de que o racismo está presente no país, mas, ao mesmo tempo, encontrar diferentes concepções sobre como esse fenômeno se manifesta, diferentes opiniões sobre como o racismo interfere na vida dos negros, diferentes interpretações de situações (se consideradas racistas ou não), diferentes formas de enxergar as próprias vidas como negros, e assim por diante.

A fala de Pedro, estudante de Engenharia Civil, de que não enxerga racismo no Brasil, me surpreendeu; não esperava encontrá-la durante a pesquisa com estudantes cotistas negros. Com exceção de Pedro, os estudantes negros entrevistados afirmam que há racismo no país. No entanto, há diferenças entre concepções de racismo: parece-me que alguns estudantes – todos os entrevistados de Engenharia Civil, um de Física e uma de Terapia Ocupacional (nenhum dos quais participa ou participou de organizações negras ou de atividades da UnB relacionadas à questão racial) – dão foco ao lado positivo, à questão da melhora, da evolução do quadro no país no tocante à questão racial, enquanto outros – todos os de Direito, Letras e Medicina, uma de Física e uma de Terapia Ocupacional – enfatizam os mais diversos reflexos negativos do racismo na vida dos negros. Dessa forma, poderia dividir os entrevistados em dois grupos, um dos quais seria subdividido em outros dois grupos da seguinte maneira: um grupo seria composto apenas por Pedro, porquanto o único que acha que não há racismo no Brasil, enquanto o outro seria composto por todos os catorze entrevistados restantes. Este, por sua vez, seria subdividido em outros dois grupos, quais sejam: o primeiro seria composto por aqueles quatro que seriam mais “otimistas”, por assim dizer, em relação ao racismo no país e o segundo pelos dez que destacam um lado mais perverso desse fenômeno. Sobre estes dois últimos grupos, uma diferença já é notada com a primeira frase de alguns estudantes quando responderam à seguinte pergunta: “você acha que aqui no Brasil tem muito racismo?”. Enquanto alguns estudantes iniciaram a resposta com frases como “com certeza! Bastante.”, “acho muito pesado” (segundo grupo),

outros começaram as respostas com frases como “bom... hoje em dia acho que isso diminuiu (...)” (primeiro grupo).

Como dito, entre as quinze pessoas entrevistadas, uma delas disse não enxergar preconceito racial no país: trata-se de Pedro (Engenharia Civil), para quem a presença muito tímida de negros em camadas sociais privilegiadas resulta da herança histórica de escravidão dos negros no Brasil. Em suas palavras,

acho que tem muito mais preconceito social do que racial. De classe. Eu particularmente não consigo enxergar um preconceito claro tipo com negros ou índios, não consigo ver claramente isso não. Sempre tem brincadeirinha né, não tem como ter piadinha de preto, não sei o que, mas, assim, nada, eu não deixo de ir em nenhum lugar porque alguém tá me olhando diferente, porque eu sou preto ou alguma coisa assim.

Quando indagado sobre essas “piadinhas”, ele afirmou que

são normais assim, não incomodam, principalmente piadinha de amigo, assim, é super normal, inclusive eu, na maior parte da minha vida, eu era quem mais sabia piadinhas de preto, essas coisas, até porque as pessoas contam para mim então eu acabo sendo o que mais sabe. Mas, assim, quando eu fui ficando um pouco mais velho algumas pessoas não tinham um tom muito legal às vezes quando falava, assim, dependendo da pessoa não soava legal, então eu percebi que não era uma brincadeira legal de deixar render, entendeu? Mas, assim, não tenho problemas com isso, se uma pessoa chegar e contar uma piadinha de preto por mais baixa que ela seja eu não vejo problema.

Perguntei o que ele achava da opinião segundo a qual a questão da cor é muitas vezes levada em consideração em entrevistas de emprego, por exemplo, obtendo a seguinte resposta:

eu não acho, pelo menos não conscientemente, não acho que as pessoas façam isso, não acho. Acho que o que conta muito é o mérito, o esforço da pessoa, e que você vê nos olhos das pessoas né, o tanto de vontade que a pessoa tem de vencer ou de querer aquele emprego, eu acho que se a gente tivesse chegado nesse ponto aí a gente desiste né, porque, nossa, não consigo enxergar isso, porque justamente porque eu não passei por uma situação assim também, tem gente que já passou e acha que isso é super real, que o Brasil é super racista, eu não consigo ver, até o dia que alguém falar alguma coisa, espero que não aconteça.

Já para os demais entrevistados, há, sim, racismo no Brasil. Na maioria das entrevistas, é apontada a seguinte característica do racismo no país: trata-se de algo “velado”, “silencioso”, “disfarçado”, “abafado”. Na concepção de Danilo, por exemplo, estudante de Direito, o racismo, aqui, é, de certa forma, mais injusto porquanto velado.

As pessoas não querem acreditar que existe racismo; este é camuflado (como, por exemplo, quando uma pessoa diz que não é racista, mas não quer que a filha namore um negro), gerando uma exclusão muito difícil de ser combatida, já que “quando você vê o inimigo ele é muito mais fácil de ser combatido”. Gabriela, estudante de Física, apresenta uma visão muito semelhante: afirma que o maior problema relacionado ao racismo no Brasil é que a maioria das pessoas está convencida de que ele não existe por não ter havido, aqui, uma segregação legal, como em países como os Estados Unidos, onde havia lugares onde somente brancos moravam, escolas em que apenas brancos estudavam e assim por diante. Segundo ela,

é um racismo velado, né, e, por isso, às vezes, ele se torna mais cruel, porque, sei lá, se você tá se sentindo vítima de racismo, muitas vezes você é visto como paranoico, assim, “ah o racismo tá na cabeça do negro”, mas a propaganda pra ter cabelo liso, pra ter o nariz fino, ela sempre tá lá então, assim, apenas dando um exemplo né.

É apontada a ironia que há no fato de que, se por um lado, a maioria das pessoas admite haver racismo no Brasil, por outro lado, quase ninguém se diz racista. Foi essa mesma reflexão, corroborada por um pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo que indica que 87% dos brasileiros consideram que há racismo no país, enquanto apenas 4% se considera racista, que deu origem à campanha “Onde você guarda seu racismo?”, que joga a seguinte questão: “pode haver racismo sem racistas?”<sup>5</sup>. Segundo Liana, estudante de Letras, mais do que velado, o racismo é estrutural, está tão intrínseco à sociedade que não conseguimos nem ver:

diferentemente da homofobia, por exemplo, que é mais explícita, as pessoas não se consideram racistas, então como você vê o racismo? É impossível. Então acho que é estrutural mesmo, eu acredito que dentro de instituições também existe esse racismo, que é estrutural, racismo institucionalizado. Então assim, racismo hoje, pra mim, ele não é mais uma questão de ser velado, é estrutural. Tem que sair mesmo de onde tá surgindo isso, que é dentro das instituições, das pessoas, para ir para fora, para as pessoas realmente falarem “eu sou racista” e mudar. Porque se for por “não sou racista” não tem como.

De acordo com Bruno, estudante de Medicina, o fato de haver um reduzido número de negros em elevadas posições sociais é reflexo do racismo no país. Este também se manifesta quando os nervos estão aflorados, como, por exemplo, em uma discussão em um bar, em que se escutam xingamentos que remetem à cor. Houve,

<sup>5</sup> Tal pesquisa está disponível em: [http://www.dialogoscontraoracismo.provisorio.ws/index.php?option=com\\_frontpage&Itemid=1](http://www.dialogoscontraoracismo.provisorio.ws/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1)

aponta ele, uma diminuição de manifestações racistas explícitas, mas o racismo ainda pode ser enxergado “na sutileza de como se dão as relações”.

A questão referente à desvalorização da estética negra também esteve presente em algumas falas. Jacira (Letras) diz que o Brasil vende a ilusão de democracia racial, mas que existe um padrão de beleza que prevalece, bem como “um padrão até de inteligência”, já que excluímos toda literatura, todo pensamento que não seja o branco. Segundo Matheus (Direito), “a sociedade traz o negro como algo feio, como algo que não é bonito”. Conta que sua irmã mais nova fala “não sou neguinha, sou morena”, o que ilustra a imagem pejorativa projetada sobre os negros e absorvida por eles. Ele diz: “nunca tive a namoradinha bonita da sala, nunca tive nem namorada na escola, nunca fui o menino mais legal”, “na sua adolescência você não é o mais bonito, não é o mais atraente e vai passando o tempo é sempre os apelidozinhos, o termozinho pejorativo que a gente ouve, a piadinha sem graça”. Segundo Gabriela (Física),

só de você, sei lá, no dia a dia, assim, sentir que, pô, fisicamente você não é aceito, assim, sei lá, até quando falam que uma negra ou um negro é bonito falam assim “nossa, esse negro é bonito” como se fosse uma exceção, entendeu? Até quando reconhecem alguma beleza já é como uma exceção, nunca é uma coisa, enfim, acho que, assim, a gente carrega o corpo como tipo um cartão de apresentação, assim, se já esse cartão de apresentação é visto como uma coisa ruim, nada que vem depois disso vai ser sequer observado porque aquela primeira impressão já é ruim pras pessoas. Eu, sei lá, acho que pessoas super inteligentes e competentes tão sendo desperdiçadas por conta desse cartão de visita mal aceito assim.

Alguns entrevistados (João, Francisco, Lucas e Natália), a meu ver, mostraram maior otimismo, por assim dizer (logicamente em menor grau do que o de Pedro, para quem não há racismo no Brasil), do que outros. Francisco (Engenharia Civil) argumenta que “hoje você não tem a maioria dos seus direitos limitados por você ser negro”, que “o fato de você ser negro não te impede de nada, meu pai é negro e tem um salário muito alto, tem um cargo, sabe?”. Em suas palavras,

o negro por mais que ele tenha sido humilhado muito tempo atrás, isso é uma coisa que já vem mudando, hoje a gente tem de maneira tímida, mas alguns negros no poder, a gente já tem um destaque maior, e você tem um acesso maior, por eu ter sido negro eu não tive uma dificuldade no meu ensino ou uma limitação ou de alguma maneira meus direitos não foram cerceados assim em relação à educação pelo fato de eu ser negro. Minha mãe ela é branca, meu pai ele é negro, e os dois têm ensino superior, os dois trabalham, são servidores públicos, tiveram condições.

Segundo João (Engenharia Civil), “não tem aquele negócio do preconceito de hostilizar e tudo, mas parece que a cara das classes sociais mais baixas parece que tem o nosso rosto, entendeu? E, assim, então acho que esse é o tipo de preconceito.” Pareceu-me que João, durante a entrevista, relacionou o racismo apenas com a ligação que as pessoas fazem, de maneira implícita, entre ser negro e ocupar baixas posições sociais. A minha impressão é de que essa ligação implícita seria o único reflexo do racismo que o entrevistado enxerga. Quando lhe perguntei sobre a questão da diferença de privilégios entre brancos e negros, obtive a seguinte resposta:

eu acho que não tem assim, tem aquele negócio implícito né, por exemplo desse cara que chegou, ele não perguntou na maldade assim, não foi maldade, entendeu? E ele falou que já aconteceu isso outras vezes com ele assim, dele tá num restaurante tal, o cara chegar e perguntar “garçom, fecha a conta lá pra gente?”, entendeu? Mas não é maldade, assim, mas é que eu acho que ser negro, vendo por esse lado, ainda tem esse negócio implícito, que é tipo o negro é o proletariado mais ali da base tal, pessoal que trabalha ali, entendeu? Eu acho que é isso, mas não sei, pra mim, pra mim nem tanto, mas eu vejo casos, não sei, às vezes são até casos pontuais né, não sei.

Natália, estudante de Terapia Ocupacional, e Lucas, estudante de Física, afirmam que ainda há racismo no Brasil, mas que ele diminuiu muito em relação ao que era antes. Natália parece acreditar que o racismo ocorre em casos pontuais (em algumas pessoas) e não como algo estrutural (nas palavras de Liana), algo arraigado na nossa cultura (nas palavras de Renata), nos ideais de beleza e de inteligência (nas palavras de Jacira), nas nossas instituições: “eu acho que tem diminuído, mas é lógico que tem pessoas que tem racismo”.

### **3.4 – Concepções do que representa ser negro no Brasil**

Aqui, há uma continuidade da questão anterior (abordada no começo da entrevista) no que se refere a diferenças entre as respostas obtidas quando apresentei, ao final da entrevista, a pergunta: “para você, o que representa, o que é ser negro no Brasil?”. De um lado, alguns entrevistados se remetiam à questão da batalha, da luta que o fato de ser negro requer (são os mesmos estudantes que enfatizam os mais diversos reflexos negativos do racismo na vida dos negros). Apontam que ser negro “não é fácil”, “é algo muito penoso”, “é ser guerreiro”, “é lutar”, “é ter uma necessidade de força, de resistência”. A fala de Liana (Letras) é ilustrativa:

não é, vou dizer que não é fácil, as coisas não são tão fáceis. Porque parece que os direitos são sempre mais atrasados. Você não tem... às vezes não tem realmente consciência do que realmente passa ao seu redor. Porque nunca foi colocado isso, né? Você passa por situações de constrangimento. Você não é considerado padrão, não é beleza, não é inteligência, não é nada. Eu acho que o pior é que eu acho que nós somos a maioria, mas nós não ocupamos todos os espaços. Esse é um dos principais problemas. Ser negro então, acho que é luta. Luta acima de tudo. É, tentar sobreviver. Eu vejo meus pais, sempre tentaram, realmente são negros né? Sempre tiveram que lutar por tudo que tiveram. Nunca foram coisas fáceis.

### Segundo Jacira (Letras),

não, sinceramente, ser negro no Brasil, assim, não tem relevância nenhuma. Você... fala a verdade, é... tem um ou outro negro se sobressaindo, sei lá, o Joaquim Barbosa lá, né? Tem um ou outro, mas é passageiro assim. Fazem um alvoroquinho ali, mas depois esquecem. Eu acho que ser negro no Brasil é a coisa mais penosa do mundo, né? É uma pena, você é sempre culpado pela sua condição. Você não é nada, né? Você não é nada. O negro acho que no Brasil é só um operário, né? E só. Ele não é “olha só o negro, inteligente, que produz, que”, não, ele é um operário, ele só é visto desta forma. Acho que a beleza negra também não está aparecendo. Acho que no Brasil o negro tá absolutamente à margem. E aparece em eventos como esse, copa, né, a mulata e tal, mas é de uma forma muito pejorativa.

De acordo com André (Medicina), “ser negro no Brasil hoje seu futuro é a cadeia”. Matheus (Direito) afirma que ser negro representa, para ele, uma batalha muito grande, diária, mas também um orgulho. Ele conta que sua avó, cuja mãe foi escrava, era a “ajudante da ajudante” nas casas, que seu avô foi motorista a vida inteira, que seu pai foi o único dos três filhos que estudou e que tem “alguma coisa hoje”. Segundo ele,

então assim “ah mas você teve condição”, sim, mas minha realidade próxima é uma realidade marcada por preconceito, eu sei o que é preconceito. (...) é difícil, é batalhado, mas também é uma honra, é muito bom, é muito bom saber que você faz parte de um movimento de mudança, é muito bom você conseguir as suas coisas com o seu mérito, e com o mérito dos outros também porque você, vai ajuda de todo mundo, todos os resultados que a gente consegue hoje alguém ajudou a gente antes, meu pai me ajudou muito, minha família me ajudou muito, mas assim é uma honra saber que as coisas tão começando a dar certo, pelo menos no meu caso particular, pô, é muito bom você conseguir, se formando, tendo seu emprego, comprando suas coisinhas, isso é muito legal, então assim é uma batalha contínua mas muito saborosa também de se viver, é um orgulho, um prazer, assim, é mais ou menos isso, é um orgulho, é uma batalha, mas é um orgulho.

De outro lado, outros entrevistados (os mesmos que destacaram um lado mais “otimista” no que se refere ao quadro de racismo no Brasil), quando indagados com essa pergunta sobre o que representa ser negro no Brasil, se remeteram, principalmente, à

questão cultural, não mencionando as dificuldades por que se passa na vida por ser negro. Segundo Lucas (Física),

é ser... é ser uma mistura né de todas as raças, é ser... difícil essa questão (risos) ser negro é você ser privilegiado né, primeiro por ser as raízes brasileiras na verdade, é... ser cultura brasileira né, é ter raízes na verdade, é você sentir brasileiro na verdade, porque eu acho que o Brasil é isso, uma mistura de raças, então é você ser, ter raízes brasileiras, ser bem brasileiro na verdade.

Natália (Terapia Ocupacional) aponta o papel muito importante do negro na “construção histórica, cultural, artística do Brasil”. Em suas palavras,

bom... é... é a cara do Brasil. Você vê a maioria da população brasileira é negra, é parda, é mulata. É a afirmação mesmo de ser negro, a afirmação que a gente, os nossos antecedentes construíram a história do Brasil. É cultural, às vezes é educacional também, essa questão artística vem crescendo muito. Então o negro tem um papel importante na construção histórica, cultural, artística do Brasil né? (...) Então ser negro no Brasil é um orgulho, porque ele faz parte de processo da construção do Brasil.

Segundo João (Engenharia Civil), “ser negro pra mim é ter contato com a parte cultural, que negra é muito forte, se você pensar tudo no Brasil é influenciado, principalmente na música, que é uma das minhas paixões (...) é isso, acho que todo mundo tá sendo um pouco negro”. Pedro (Engenharia Civil) diz que “é você saber que você é uma pessoa como qualquer outra, sem diferença nenhuma, a única diferença é que você pode ficar mais tempo no sol do que os outros (risos). Não tem nenhuma diferença substancial que vá te botar abaixo de ninguém”. Francisco (Engenharia Civil) deu a seguinte resposta:

eu gosto muito de ser negro, de me apresentar dessa forma, eu faço questão de mostrar para todo mundo que sou negro assim, usar meu cabelo enrolado, sabe? Eu gosto bastante disso e eu acho que hoje, não sei, acaba representando um estilo, uma cultura, não sei, o Brasil se dividiu em muitos grupos, muitos tipos de pessoas, acho que a população ela prefere ver cada pessoa de uma forma assim, então existem os negros cada vez mais eles estão não sei mostrando a sua cultura, a sua forma de ser, é eu gosto muito de ver a forma como a aceitação aos cabelos encaracolados tem sido cada vez maior e até uma assim até uma imposição porque os negros eles pararam de alisar o cabelo “poxa, não, não vou ser igual, eu tenho a minha identificação, eu tenho a minha... e eu vou ser dessa forma”, então não sei, mesmo não fazendo parte de nenhum grupo ativo, eu gosto muito de manter minhas características negras e de forma alguma tentar me misturar, de forma alguma, sou negro, gosto disso e quero sei lá mostrar para todo mundo, mas sem impor nada, é só comigo, sabe? Assim eu vou, tenho não sei camisas, gosto, como falei antes, de deixar meu cabelo grande, sabe? Coisas assim,



não vou sair por aí gritando, acho que não é por aí, acho que não deve ser dessa forma.

### **3.5 – Opiniões a respeito das ações afirmativas para negros no ensino superior**

Como mostrado no capítulo I, os adeptos das ações afirmativas de cunho racial indicam que políticas universalistas não são suficientes para resolver o problema da desigualdade racial. Estudos (entre os quais foi destacado o relatório do IPEA, de autoria de Ricardo Henriques) mostram que políticas focalizadas devem ser implementadas, tendo em vista que, sem elas, os negros permanecem com baixos índices sociais. Danilo (Direito), para quem “igualdade formal não basta, tem que partir pro lado material”, querendo dizer que, como indicou Joaquim B. Barbosa Gomes (2001) devem “as situações desiguais ser tratadas de maneira dessemelhante” (p.36), afirma que na USP, por exemplo, onde não foi implantado o sistema de cotas para negros, o que se observa é que a situação não se alterou: os cursos de elite lá continuam com a faixa de meio por cento de negros. Situação essa, aponta ele, que por si só não vai se resolver. Deve ser implementada uma medida urgente (o sistema de cotas para negros) para tentar mudanças, para dar uma ignição inicial nesse processo de inclusão que, em sua opinião, vai levar décadas, talvez séculos, para se concluir. Ele afirma ser preciso lembrar aquilo que mostramos no capítulo I com Santos (2009): que “ação afirmativa não é uma política de combate à pobreza como querem nos fazer crer alguns críticos das ações afirmativas propostas para os negros, mas uma política de combate às discriminações”. Nas palavras de Danilo:

o principal da política de cotas, que as pessoas têm que entender, que ela não é para combater a pobreza, “ah, porque tem que ser sistema de cotas para escola pública”, tem que ser sistema de cotas para negro porque é pra combater o racismo, é o racismo. E as pessoas não conseguem compreender isso.

Francisco (Engenharia Civil), Pedro (Engenharia Civil), Lucas (Física) e Natália (Terapia Ocupacional) estariam nesse grupo de pessoas que “não conseguem compreender isso”. Observamos, na opinião desses quatro estudantes, um desvio do propósito original do sistema de cotas de incluir os negros no ensino superior. Nenhum deles, como vimos, participa ou participou de organizações negras ou de atividades relacionadas à questão racial. Ademais, todos eles mencionaram, em comparação com outros estudantes, um quadro mais “otimista” a respeito do fenômeno do racismo no país. Eles, por motivos diferentes, declaram-se favoráveis à implementação de cotas

para estudantes de escolas públicas no lugar das cotas para negros. Francisco (Engenharia Civil) expressa ser contrário ao sistema de cotas de cunho racial:

possivelmente antecipando, eu sou contra o sistema de cotas, eu acho que é um sistema racista, eu acho que é uma divisão que não é justa, assim, eu acho que pessoas que precisam do acesso à universidade são pessoas que estudaram em colégios públicos, porque o ensino no Brasil hoje é um ensino péssimo, você se forma num colégio público você não tem como competir com uma pessoa que estudou num colégio particular. É uma distancia muito grande, por defeito do governo, do Estado. Então acho que essas pessoas, sim, elas precisam de apoio para entrar na universidade, para poder cursar uma universidade melhor, e talvez tirar essa ideia de correr atrás e tal. O negro por mais que ele tenha sido humilhado muito tempo atrás, isso é uma coisa que já vem mudando, hoje a gente tem de maneira tímida, mas alguns negros no poder, a gente já tem um destaque maior, e você tem um acesso maior, por eu ter sido negro eu não tive uma dificuldade no meu ensino ou uma limitação ou de alguma maneira meus direitos não foram cerceados assim em relação à educação pelo fato de eu ser negro. Minha mãe ela é branca, meu pai ele é negro, e os dois têm ensino superior, os dois trabalham, são servidores públicos, tiveram condições, então eu acho que o fato de você única e exclusivamente o fato de você ser negro hoje ele não vai dizer que você tem uma necessidade maior, então por esses motivos eu sou contra o sistema de cotas, eu acho que é mais uma das formas políticas de tapar o sol com a peneira, infelizmente não é assim que a gente vai melhorar, as cotas sociais elas também não devem ser mantidas para sempre, você tem que investir no ensino de base e tal, melhorar, mas eu acho que a situação do Brasil hoje, um branco que estudou, que não teve condições de cursar um colégio particular, ele tem muito mais necessidade de uma cota para entrar na universidade do que um negro como eu e muitos outros que entram na faculdade.

Vemos, assim, que Francisco não tem em mente o propósito das ações afirmativas de combater a discriminação racial. Pode-se dizer que, ao considerar o sistema de cotas para negros um sistema racista, ele confunde racialização com racismo. Segundo Bernardino-Costa (2002), a maneira brasileira de encarar o problema racial define racista como aquele que separa, evitando “reconhecer o tratamento diferenciado de brasileiros em decorrência da raça, mesmo se este reconhecimento pudesse significar uma oportunidade para a correção de desigualdades” (p.256). Vale lembrar que Francisco mostra um tom otimista em relação à melhora do quadro de racismo no país. Além de dizer que não passou por maiores dificuldades com relação à educação pelo fato de ser negro, menciona o caso de seu pai, que é negro e tem boas condições, sugerindo que o caso prova que “o fato de você ser negro não te impede de nada”. Quando questionado quais eram os benefícios que via nas cotas para negros, Francisco disse o seguinte:

eu acho que o grande benefício na forma como as cotas raciais elas foram implementadas é você aumentar o número de pessoas negras que vão ter acesso ao ensino superior, que vão se formar, que, sei lá, vão poder fazer alguma diferença, se a gente ainda acredita nisso. Mas eu acho que isso era uma realidade de, sei lá, 15 ou 20 anos atrás, isso era necessário naquela época, hoje em dia é muito diferente, é, não posso dizer das outras escolas particulares, mas no meu colégio tinha no meu ano, não sei, acho que 500 alunos, certamente uns 30% eram negros e pelo menos 10% num nível muito bom, então, assim, acho que já tá aumentando as possibilidades para as pessoas, o fato de você ser negro não te impede de nada, meu pai é negro e tem um salário muito alto, tem um cargo, sabe? Então, assim, quando foi idealizado o sistema de cotas acho que precisava aumentar o número de negros na faculdade, porque você tinha muito pouco, você praticamente não tinha, eram realmente exceções, então acho que seja bom nesse contexto. Hoje em dia já não é mais assim, apesar de você ainda ter poucos negros, mas você já começa a aumentar o número de negros que não entraram por cotas, então acho que também isso é significativo, é um movimento talvez que não tenha sido ainda estudado, acho que pode ser um pouco recente, mas eu já vejo muitos negros que não entraram por cotas. Eu dei o exemplo da minha irmã, antes minha namorada também ela entrou na universidade sem fazer o sistema de cotas, sendo negra, acho que isso tá cada vez mais as pessoas tão optando por isso, às vezes até por medo de entrar por cotas e ser, não sei, discriminado, mas também por pensar “poxa, eu não preciso, então não vou usar”.

Ainda segundo Francisco (Engenharia Civil), “é um erro do sistema, infelizmente, quem entra não é o negro que tem dificuldade, que não teve acesso ao estudo, é o negro do Sigma, do Galois, do Colégio Militar, do Maristão”. De maneira semelhante, Pedro (Engenharia Civil) afirma que “o vício das cotas é que nos melhores cursos não são os negros que precisam das cotas que passam né, são os negros que não precisariam, que estudaram em escolas boas, que conseguiriam concorrer no universal”. Os estudantes partem do pressuposto equivocado de que o sistema de cotas para negros da UnB almeja inserir apenas os negros que não tiveram condições de estudar em colégios de boa qualidade.

Pedro acredita que o que as cotas raciais trazem de bom consiste em inserir, indiretamente, pessoas menos favorecidas na universidade, já que a questão racial está relacionada com a questão social. Ao contrário de Francisco, diz que é difícil você ver um negro na sala que não tenha entrado pelo sistema de cotas para negros. Segundo ele,

ah, essa pergunta (se é favorável às cotas raciais) é difícil porque, assim, não tem como você negar que a cota racial de alguma forma ela também está ligada com as classes assim, é bem claro isso, você vê que quanto mais rica assim a classe, menos negra ela é, isso não tem como negar. Então assim acho que indiretamente está relacionada a questão da cor e a questão social.

Então indiretamente as cotas raciais atingem esse objetivo de colocar pessoas talvez menos favorecidas dentro da universidade, mas ao mesmo tempo ela discrimina. Eu não discordo que ela discrimina porque, bem ou mal, você vê claramente na sua sala de aula que tem, sei lá, 44 vagas, 40 são brancos e 4 são negros, entendeu? Dificilmente você vê diferente, um negro que fez pelo sistema universal e passou, entendeu? Os negros de maneira geral estão entrando na universidade mais por cotas.

Pedro desloca o grupo que o sistema de cotas deseja inserir: dos negros para “pessoas menos favorecidas”. O critério racial é completamente apagado por ele: o que importa, para Pedro, é que “pessoas menos favorecidas”, independente da cor, acessem a universidade. Além disso, diz concordar com a ideia segundo a qual as cotas raciais discriminam os negros. Vale recordar que Pedro diz não enxergar discriminação negativa contra negros no país. Em sua opinião, dever-se-ia substituir o sistema de cotas voltados para a população negra pelo sistema de cotas para alunos de colégios públicos.

Natália (Terapia Ocupacional) diz que, entre não haver nenhum sistema de cotas e haver as cotas raciais, prefere a última opção. Porém, afirma ter predileção pela implementação de cotas para estudantes de escolas públicas no lugar do sistema de cotas para negros. Segundo ela, quando se restringem as cotas a determinada população, dá-se abertura à manifestação de críticas a ela, tais como “ah, só porque ele é negro vai ter mais benefícios” ou “ah, ele entrou pelo sistema de cotas porque não tem capacidade de entrar em um curso superior e por isso aderiu ao sistema, então ficou mais fácil”. Lucas (Física) também considera preferível a implementação de cotas para estudantes de escolas públicas:

olha, eu acredito que a cota para colégio público seja uma forma de beneficiar todos né, porque tem essa pra negros também que é muito interessante, mas, por exemplo, eu conheço pessoas lá em Goiânia que estudaram, negros que estudaram nos melhores colégios e passaram pra cursos bons aqui por causa das cotas e tiraram a vaga das pessoas que lutaram né, que eram de colégio mais baixo, não tiveram essa oportunidade, então eu acredito que um colégio público seria mais... só que eu acredito que era melhorando a rede pública básica pra não precisar de cotas mesmo.

Vemos que Lucas (Física) também dá primazia à questão social sobre a questão racial no que se refere ao acesso ao ensino superior. Podemos inferir, pela sua fala, que acha mais justo que um branco que estudou em um “colégio mais baixo” ocupe uma vaga da universidade do que um negro que estudou “nos melhores colégios”.

Como vimos no capítulo I, adeptos das ações afirmativas de cunho racial alertam para o fato de que, além de insuficientes para resolver o problema das desigualdades raciais, políticas universalistas como maior investimento nas escolas públicas requerem mais tempo, gastos e vontade política para serem implementadas. Assim, como aponta Guimarães (apud Holanda, 2008), as populações negras devem reclamar medidas mais urgentes, mais rápidas. A manifestação da necessidade de medidas imediatas se fez presente na fala de dois cotistas entrevistados. Segundo João (Engenharia Civil), “a solução é uma educação melhor de tudo, oportunidades, etc., mas a gente sabe que, assim, é um negócio muito a longo prazo, então assim, pra hoje, pra gente tentar isso hoje, acho que é válido”. Lucas (Física) afirma o seguinte:

eu era a favor de melhorar a rede básica, mas eu acreditava que não era uma coisa que ia ser do dia pro outro, eu acreditava assim, eu ainda acredito, na verdade, que as cotas são uma solução temporária, mais de imediato, já que esse negócio de melhorar a rede básica não é de uma hora, de um dia pro outro, então enquanto isso as pessoas precisam entrar.

É possível observar, pelo relato de alguns estudantes, que, para eles, o problema referente ao pequeno número de negros no ensino superior seria solucionado com a melhora do ensino básico público. Não têm a visão, oferecida por Medeiros (2009), de que “uma política educacional que proporcione a melhoria geral dos padrões de ensino público acabará beneficiando mais os pobres brancos do que os pobres negros. É o que tem acontecido nos últimos anos, como nos mostra o trabalho de Ricardo Henriques” (p.68) e que, portanto, deve haver, simultaneamente, políticas focalizadas aos negros.

Conforme indicado no capítulo I, alguns críticos das ações afirmativas voltadas para negros também parecem fazer crer que, no lugar dessas políticas, deve-se optar pelo aumento do investimento da rede pública de ensino básico, como se fossem medidas não passíveis de serem realizadas de maneira concomitante. Essa falsa alternativa é desfeita, por exemplo, por Bernardino-Costa (2004), que afirma que adotar uma das duas (políticas de combate à pobreza e as ações afirmativas) não significa negar a necessidade da outra: “aliás, recomenda-se que estes dois tipos de políticas sejam combinados” (p.85).

André (Medicina) e Márcia (Direito) se mostraram favoráveis às cotas raciais, mas disseram preferir que elas fossem vinculadas à questão socioeconômica. André considera que, quando desvinculadas do critério socioeconômico, as cotas raciais

oferecem oportunidades para negros que já têm uma boa condição social no lugar de dar essas oportunidades àqueles que “ainda sofrem por essa dívida histórica com a população negra”, tirando-os das classes baixas: “eu acho que é isso, essa dívida histórica só precisa ser paga para quem ainda tá sofrendo com essa dívida até hoje”. Segundo José Jorge de Carvalho, as cotas devem ser dirigidas a todos os negros, pois o racismo não está confinado aos negros pobres. Ele aponta que o modelo da UnB é irrestrito e não faz exclusão, não deixando de fora os negros de classe média e aqueles que estudaram em escolas particulares, que também sofrem discriminação racial. Segundo o autor, a modalidade de cotas para estudantes de escolas públicas e a modalidade de cotas para negros podem coexistir; uma não precisa entrar no lugar da outra. Essa foi a opinião mais corrente, manifestada por nove estudantes (de todos os cursos).

As cotas para negros e as cotas para estudantes de escolas públicas são vistas por eles como modalidades que se voltam para problemas diferentes e que podem existir independente e simultaneamente. Bruno (Medicina), por exemplo, acha que existe a necessidade das duas modalidades, que “vagas para pobre é uma coisa, e vagas para negros é uma outra né”, já que a condição econômica é uma questão de exclusão e o racismo também o é. Liana (Letras) aponta que “você não deixa de ser negro por ter dinheiro. São áreas diferentes e motivos diferentes e a universidade tem que abarcar os problemas da sociedade”. Nas palavras de Gabriela (Física):

eu acho que tem uma questão de intersecção aí que é muito importante que é, assim, a comunidade negra e a comunidade pobre elas quase que completamente são uma coisa em comum, mas esse quase é importante ser levado em consideração, entendeu? Assim, eu não vejo uma... como o caso daquela menina, assim, ela era negra e rica, rica assim né, enfim, tinha a grana lá que as pessoas brancas também tinham. Mas ela era vista como diferente. E isso não pode ser ignorado, entendeu? Assim, um negro vai ser negro independente da grana dele, ele pode ter mais facilidades por ter grana, mas, ainda assim, o cartão de visita dele vai tá manchado né, pela analogia que eu tava fazendo. Então, assim, meu posicionamento nisso é que deve, assim, acho que essa cota social que passou a existir agora ela é bem legal, porque contempla as duas coisas assim né, então eu acho que tem que existir uma cota que é só pra negros e uma cota que é pra, que é cota social, que também entram brancos pobres, no caso.

Segundo Renata (Terapia Ocupacional), não se deve perder de vista o objetivo das cotas de busca pela igualdade racial:

por mais que o discurso da maioria seja “ah cotas sociais são melhores porque engloba todo mundo”, não, eu acho que a história de racismo no Brasil ela tem a sua importância e essa igualdade de raça na universidade é muito importante que tenha as cotas para negros também, acho que não desmerece nenhuma, inclusive complementa na minha opinião.

a gente associa muito a cotas negras porque a maioria da população carente, pobre é negra então a gente acha que se colocar cotas sociais já engloba, mas aí você esquece da história do negro e que isso não vai fazer realmente o objetivo das cotas para negros que é essa igualdade de raça né na universidade.

Liana (Letras) afirma que, ao se falar sobre as justificativas para a existência das cotas raciais, não se deve colocar apenas a questão histórica de injustiça contra negros, mas sua situação atual: “a história somos nós, nós somos sujeitos históricos, nós caminhamos dentro da história”. Danilo (Direito) lembra que as desigualdades raciais, o preconceito racial, as discriminações e as injustiças contra os negros continuam a incidir sobre eles no presente.

Vários dos efeitos das ações afirmativas para negros no ensino superior mencionados no capítulo I foram indicados pelos entrevistados. A transformação da universidade pública em um espaço mais diverso, mais democrático é citada por seis entrevistados. Conforme Danilo (Direito), enquanto pelo menos 50% da população brasileira é negra, a quantidade de alunos negros nas universidades brasileiras é muito pequena. Com as cotas, diz, estamos caminhando para superar um pouco essa exclusão. Nota-se uma universidade muito mais democrática, muito mais parecida com a realidade brasileira. Segundo Matheus (Direito), o maior benefício das cotas para negros é a inclusão. Antes delas, “negro era só na parte da limpeza”. Com sua implementação, nota-se a universidade muito mais democrática, muito mais inclusiva, muito mais heterogênea. Gabriela (Física) menciona a quase ausência de negros nas universidades antes do sistema de cotas, o que “era vergonhoso em um país que tem mais de 50% da população negra”. As cotas raciais, aponta, tornam “a universidade mais negra”. Jacira (Letras) afirma que entrou em 2007 e que hoje a cara da universidade já é outra; esta tem mudado sua estrutura por conta da entrada dos cotistas e está ficando mais a cara do povo, mais diversa. Segundo Márcia (Direito), há muitas pessoas negras na rua ao passo que poucas na universidade. “Vejo na minha turma de 60, eu acho que são 4 negros, depois das cotas, entendeu? Como é que não era antes? Tinha 1 por turma, meio por turma?”. “Hoje em dia, o que a gente vê é negro representado lá na cadeia e não no

STF, tem um, entendeu?”. Nesse sentido, acha muito bom que, através das cotas raciais, que permitem que um número muito maior de negros passe a ocupar posições elevadas socialmente, servindo como “pessoas em quem se espelhar” para outros negros, possa se sentir representada como negra na sociedade de maneira diferente da de hoje em dia.

Como vimos, tal “papel simbólico” das ações afirmativas é destacado por Lewandowski, Barbosa e Bernardino-Costa. Segundo o primeiro, “uma criança negra que vê um negro ocupar um lugar de evidência na sociedade projeta-se naquela liderança e alarga o âmbito de possibilidades de seus planos de vida”. Barbosa aponta que um dos efeitos das ações afirmativas é a criação de “personalidades emblemáticas”, isto é, “representantes de minorias que, por terem alcançado posições de prestígio e poder, serviriam de exemplo às gerações mais jovens (...)”. Bernardino-Costa (2004) fala da “criação de papéis exemplares para a população negra brasileira, que tem um efeito mimético positivo” sobre essa população (p.96).

Além de Márcia (Direito), outros entrevistados também mencionaram essa consequência positiva das cotas raciais de aumentar expressivamente o número de negros em camadas socialmente prestigiadas da sociedade, tornando possível um crescimento da representatividade dos negros nas esferas públicas e privadas. Cauê (Direito), por exemplo, diz ser o principal benefício delas “inserir os negros na universidade, num trabalho, numa camada social melhor”, lembrando que em espaços como o STF e as universidades, por exemplo, há uma presença muito tímida de negros. André (Medicina) aponta para inúmeros benefícios das cotas raciais: diversificar etnicamente as pessoas mais instruídas, aumentar a parcela de negros na alta sociedade, mudar muitas vidas. João (Engenharia Civil) aponta como uma das consequências da implementação das ações afirmativas de cunho racial dar oportunidades a negros alcançarem profissões socialmente valorizadas, contribuindo para a reconstrução de concepções, para o declínio do estranhamento ao se ver um negro ocupando posições sociais elevadas ou, o que é correspondente, para o declínio da associação automática entre ser negro e pertencer às baixas camadas sociais:

eu acho que por essa coisa que eu te falei, que a gente ainda tem a cara das classes sociais mais baixas, assim, eu acho que isso é bom nesse sentido. Se o cara tem uma oportunidade de crescer, se nós, negros, temos a oportunidade de crescer, a gente vai acabar com esse negócio. Vai ser mais comum ver médico, ver engenheiro, ver pessoal mais... vai ser mais igualitário. Eu não sei como tão essas porcentagens de negros nas classes mais baixas, eu não



sei, mas, mesmo que isso tenha mudado, a nossa cabeça acho que ainda não mudou, entendeu? Então eu acho que isso é importante nesse sentido. (...) eu acho que isso vai mexer nesse sentido assim, que isso vai mexer na cabeça das pessoas, de como as pessoas olham para os negros hoje no Brasil.

Hasenbalg, em entrevista a Guimarães (2006), indica que o aumento da presença de não-brancos em posições sociais de destaque “deverá socavar os estereótipos negativos que, como já mencionei, delimitam os ‘lugares apropriados’ para os não brancos” (p.267). Segundo ele, “estranho seria se quem pesquisou e denunciou as desigualdades raciais no Brasil durante mais de vinte anos não apoiasse o sistema de cotas” (p.266). Liana (Letras) indica como benefícios das ações afirmativas o fato de alunos negros formarem-se e entrarem no mercado de trabalho, que, muitas vezes, não tem profissionais negros em várias áreas: “é diferente você entrar num hospital e ser atendido por um médico negro, ver uma professora negra dentro da escola é diferente sim e com o discurso autoafirmativo, dizendo ‘eu não tenho vergonha da minha cor’”. Segundo Bernardino-Costa (2002), as políticas de ação afirmativa procuram “redefinir o modelo de relações raciais a partir de uma revalorização da identidade negra”. Ele afirma que “a adoção de políticas públicas racializadas permite entrever a atribuição de um valor positivo à classificação social negro” (p.263). A tal discurso autoafirmativo Natália atribui extrema importância. Afirma que o racismo tem diminuído graças à maior afirmação por parte dos negros e à luta que desenvolvem em busca de seus direitos. Segundo ela, “o racismo só vai acabar a partir do momento em que a pessoa se assume como ela é, porque se os negros ficarem intimidados pela questão da repressão social contra a sua etnia e contra a sua raça, o racismo nunca vai acabar”. Como vimos no capítulo I, Munanga (2009) afirma que “sem construir a sua identidade racial ou étnica, alienada no universo racista brasileiro, o negro não poderá participar do processo de construção da democracia e da identidade nacional plural em pé de igualdade com seus compatriotas de outras ascendências” (p.190).

Renata (Terapia Ocupacional) relata que foi somente um ano após terminar o Ensino Médio que ficou “sabendo da universidade, do sistema de cotas e tudo mais” por um amigo que conheceu, que não tinha perspectiva de cursar o nível superior antes disso. Ela diz que, há pouco tempo, estava conversando com uma colega que não sabia que a UnB era gratuita; afirma que “a informação não chega para todo mundo”. Em suas palavras,

eu me sinto uma pessoa privilegiada por estar na universidade e ter acesso a esses debates porque, na minha comunidade, eu não vejo isso, eu vejo que, se a pessoa tiver um pai que é marceneiro, ela não tem perspectiva de entrar numa universidade, e se eu não soubesse, por exemplo, eu tiro por mim, se eu não soubesse, tivesse tido esse acesso, a pessoa tivesse me dado um toque “existe a UnB e de graça, existe cotas para negros”, eu não teria perspectiva de entrar na universidade, entendeu? E é por isso que eu falo da importância das cotas.

Ademais, Matheus (Direito), Liana (Letras), Jacira (Letras) e Gabriela (Física) lembram que o argumento de pessoas contrárias às ações afirmativas para negros no ensino superior segundo o qual a qualidade dos cursos cairia com a sua implementação não se confirmou. Segundo Matheus, “acho essa argumentação até preconceituosa e sem fundamento”. Ele afirma que o desempenho do aluno depende do grau de comprometimento. Jacira diz que essa ideia de que os cotistas negros não teriam capacidade de acompanhar o curso superior caiu por terra, afirmando que os negros são muitas vezes os melhores na universidade, porquanto os que mais lutam, pois ouviram a vida toda que não eram capazes (cita uma frase do grupo Racionais: “desde cedo a mãe da gente fala assim: ‘filho, por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor’”). Bernardino-Costa (2004) aponta que os cotistas “são alunos que se agarram a uma das poucas chances de ascensão social que encontram, tendo um desempenho acadêmico além do esperado” (p.95). Segundo Liana, “nunca ninguém parou, só pára para reclamar, não para refletir, aí quando reflete vê realmente as questões que são colocadas, que é o êxito, vamos dizer assim, das políticas de cotas”. Gabriela diz que não acredita que o sistema de cotas interfira no nível de qualidade dos cursos, tendo em vista que as estatísticas mostram que o rendimento dos cotistas costuma ser igual ou superior ao dos não-cotistas. Jacira também fala dessas pesquisas, que “têm mostrado que o nosso desempenho é igual ao aluno não-cotista”.

Como mencionamos no capítulo I, Barbosa (2001) afirma que um dos objetivos das ações afirmativas seria promover “transformações culturais e sociais relevantes, inculcando nos atores sociais a utilidade e a necessidade da observância dos princípios de pluralismo e da diversidade nas diversas esferas do convívio humano” (p.6). Segundo Lewandowski, é preciso construir um espaço que contemple a alteridade, e “a universidade é o espaço ideal (...) para a construção de uma consciência coletiva plural e culturalmente heterogênea” (p.32). Jacira (Letras) aponta que as ações afirmativas podem contribuir para promover a diversidade cultural no ambiente acadêmico. Como

mostrado anteriormente, quando indagada se havia o debate sobre a questão racial, forneceu a seguinte resposta:

de jeito nenhum! Mas é, assim, é o que me deixa mais intrigada no curso de letras português é isso. É um debate que deveria ter porque a gente vai ser professor, é letras licenciatura, e a gente vai pra sala de aula com um pensamento racista, porque a gente nem escritores negros a gente passa perto. Nem literatura africana, por exemplo. Eu pergunto, a gente estuda literatura portuguesa, tá na nossa grade inteirinha. Porque a gente não estuda literatura africana se os africanos fizeram parte da nossa língua nacional, participando da nossa língua nacional? A gente não passa nem parte disso. A gente não discute racismo, mas assim nada. Nem uma citação e nenhum comentário de professor nenhum. Justamente, na minha opinião, porque esses professores, eles, a maioria não são negros e a maioria não são pobres. Quem sabe cotas também não vai mudar também essa situação, né? Afinal de contas os negros vão se formar, vão fazer graduação. Quem sabe no mestrado? Eu não sei se você sabe mas tem programa chamado “Pós-afirmativas” que está formando essa galera para poder dar, quem sabe dar aula, né?

Carvalho (2009) diz que “após a acumulação de tantos dados sobre o crônico racismo acadêmico brasileiro já é hora de pensar em como promover concretamente a igualdade étnica e racial em todo o espectro do mundo acadêmico e não somente na graduação” (p.145). Indica que o quadro de exclusão racial na pós-graduação, na docência superior e na pesquisa científica é ainda pior que na graduação. Segundo ele,

o processo seletivo para a pós-graduação é um sistema de avaliação, no mínimo, com um alto grau de discricionariedade, que pode aumentar e tornar-se diretamente parcial quando incluímos as idiosincrasias dos membros das bancas, com suas preferências e rejeições de temas e abordagens que às vezes não guardam nenhuma relação com as eventuais escolhas dos candidatos. Na medida, então, em que o ingresso na pós-graduação ocorre por meio de mecanismos não universalistas, ou melhor, abertamente parcializados, a história prévia de exclusão dos candidatos negros, em um meio racialmente segregado como é o da nossa elite acadêmica, pesa negativamente no cômputo geral de suas chances de aprovação. (p.149)

Ainda conforme Carvalho,

[i]nvariavelmente, esses exames incluem entrevistas, o que personaliza fortemente a deliberação das bancas. E é justamente na etapa das entrevistas que muitos estudantes negros apresentam seu rendimento mais insatisfatório e são eliminados da concorrência. A falta de monitoramento externo das entrevistas dificulta a composição de eventual tratamento desigual dedicado a estudantes negros. (p.148)

Sobre a questão das entrevistas nos exames para seleção de mestrado, Liana (Letras) diz o seguinte:

(...) gente se formando, entrando no mestrado, que ainda é um grande problema. Porque o mestrado é entrevista. Eu já tive amigas que não passaram pela entrevista, porque eram pobres e negras. Porque a entrevista é um grande problema... um grande problema. Uma amiga minha, ela fez tudo, passou com, né, considerado mérito. Em todas. Mas, na hora da entrevista, os professores chegaram: “mas você não vai ter condições de comprar os livros, né?”. Será que foi só o livros? Não sei... porque livro ela pode conseguir na biblioteca... o professor pode emprestar, com certeza ele tem, assim, será que foi mesmo os livros, questão socioeconômica? Porque o problema ali, ela pode conseguir a bolsa, então não entendi. Eu falei pra ela, né? Ela também entendeu, como é que a pessoa passa por todas as fases, bem, e chega na entrevista e não passa? Que já aconteceu várias vezes com vários estudantes da universidade.

Jacira (Letras) e Márcia (Direito) relataram uma mudança de visão sobre as cotas raciais após entrarem na UnB. Jacira conta que, quando fez o vestibular pelo sistema de cotas para negros, utilizou esse sistema para facilitar o acesso à universidade, já que trabalhava, fazia cursinho e não vinha conseguindo ser aprovada. Ela disse que, nessa época, não sabia a dimensão política que esse sistema apresentava e que se inteirou mais a respeito do que as cotas raciais significavam, dos seus objetivos, das sua dimensão histórica quando estava na UnB. Disse que sempre foi a favor das cotas raciais, mas que, no começo, ficou em conflito porque o namorado, por exemplo, é pobre e é branco e não poderia participar do sistema. Aponta que, após entrar na universidade, compreendeu a importância das cotas para negros, já que, mesmo pobre, o branco se beneficia mais que o negro justamente por ser branco. Segundo Márcia, quando ela cursava o Ensino Médio, em uma escola particular, era contrária às cotas raciais, mudando sua opinião após entrar na universidade. Passou a ser favorável, “justamente pela questão da representatividade dos negros”.

Paiva e Almeida (2010), ao perguntarem a gestores sobre o impacto das políticas de ação afirmativa na sociabilidade do campus, obtiveram algumas respostas tais como “é muito maior hoje o numero de professores e alunos favoráveis às cotas do que quando começou, porque os resultados positivos levam também as pessoas a perceberem o quanto é favorável”. Bruno (Medicina) diz que notou, com o passar do tempo, uma mudança de opinião por parte dos estudantes de Medicina no que se refere às cotas raciais. Tal processo derivaria justamente da discussão que elas suscitam e da percepção daí resultante de que elas são necessárias:

eu enxerguei, eu acho que consegui enxergar do meu, de a partir do momento que eu entrei até hoje, eu já estou no 11º semestre de UnB, é, eu vi uma

mudança generosa assim por parte da posição dos alunos. Acho que quando eu entrei, a galera que era mais velha era claramente contra, a maioria. Hoje em dia já nem tanto. (...) Hoje em dia a postura dos estudantes, igual tá tendo a reunião lá, tem mais de, tem umas 30 pessoas ou mais na reunião do CA, isso não existia aqui. Então mudou a postura política, de uma necessidade de conhecimento um pouco mais aprofundado, sabe? De quando eu entrei até agora. Então eu acho que isso vem mudando aos poucos né, que é uma coisa que eu acho que é fundamental. As cotas, sim, elas estão trazendo essa discussão e as pessoas estão enxergando cada vez mais a necessidade delas.

Quando perguntei se identificavam alguma fragilidade no sistema de cotas para negros, alguns disseram não enxergar nenhuma, apenas benefícios. Outros relataram algumas fragilidades que veem no sistema. Segundo Liana, “acho que um grande problema hoje é você entrar cru e não ter, sei lá, uma união dos estudantes negros, repensar sobre essa questão”. Matheus diz que a universidade deveria fazer um acompanhamento dos cotistas: além do ingresso, deveria haver o acompanhamento institucional, a busca por maior integração, e a tentativa de “mudança de cabeça nas pessoas”: “eu acho que deveria ter uma política de conscientização, de busca de mudança aqui no aspecto universitário”. Ele diz que é “super a favor” das cotas raciais, que elas são “um bom começo, um bom primeiro passo” para a inclusão e para a diminuição do preconceito racial, mas que deve haver um processo contínuo, a implementação de políticas de mudança que, a longo prazo, torne o sistema de cotas não mais necessário.

De forma análoga, Danilo afirma que as cotas devem ser vistas apenas como um começo na caminhada de busca por inclusão e não como a solução do problema, “como se fosse um álcool para resolver um problema estrutural” (vistas assim caminham para se tornar um “tapa buraco”). Segundo ele, adotar exclusivamente a cota racial não resolve; ela pode acelerar um processo de inclusão caso feita concomitantemente a outras políticas. André apresenta uma opinião semelhante. Ele diz que enxerga apenas um “contra” nas cotas raciais, o qual tem receio que aconteça: acomodar as pessoas, estacionar no estado atual, justificando-o com algo como “ah, você já tem as cotas, então fica caladinho”, fazendo com que as pessoas deixem de lutar por uma mudança mais profunda. Como indica Bernardino-Costa (2004), “[a]s ações afirmativas são o primeiro passo. Todavia, jamais podem ser pensadas como o último” (p.97).

### 3.6 – Opiniões acerca do papel do movimento negro

Aqui, acredito ser possível reunir as falas dos entrevistados em dois grupos. O primeiro seria composto pelas falas de Pedro e Francisco, estudantes de Engenharia Civil. O segundo, pelas falas de todos os demais. O critério para a separação desses grupos derivou da observação de que, enquanto Pedro e Francisco lançam ideias que vão na contramão daquelas pregadas pelos movimentos negros, os demais mostram apoio às ações destes, considerando-os de suma importância para “defender os direitos dos negros”, “promover a igualdade racial”, “valorizar a etnia, a cor”, “trazer o debate do racismo para a sociedade”, “colocar os negros em ascensão na sociedade”, “levar empoderamento para os negros”, entre outros.

Quanto ao primeiro grupo, Pedro diz não ver, nos negros, um papel social diferente daquele dos brancos. Segundo ele, não haveria especificidades na luta dos negros. Em suas palavras,

eu acho que perante a sociedade em si o negro ele deve lutar como qualquer outra pessoa, apesar de ter algumas regalias como essa (cotas), ele deve buscar seu espaço da mesma forma que os outros né, usar do que tiver, das armas que tiver, no caso as cotas, enquanto tiver usa né, os mais inteligentes que usem para entrar logo na universidade, dar espaço para os outros, e basicamente isso, eu não vejo uma coisa, um papel social diferente né, uma função social diferente dum negro prum branco na sociedade né, acho que são os mesmos papéis.

Segundo Francisco,

olha, qual é o papel eu não sei de verdade, acho que eles devem falar da integração e diminuição do racismo e tal, mas eu acho que, não sei, o movimento negro deveria apenas esclarecer as pessoas quanto, não sei, ao que realmente é ser negro, tem pessoas que tem um preconceito ainda enraizado e antigo, uma coisa assim que você ouve muito o avô ou a avó não gosta de negro aí conhece um pouco melhor e tal, acaba gostando, aí fala “não, mas você é um negro de alma branca”, sabe? E assim isso é, poxa, uma ignorância mesmo, sabe, é talvez mostrar, existe na bíblia, não sei, uma linha de pessoas que interpretam a bíblia dizendo que os negros foram amaldiçoados e tem pessoas que pensam assim, sabe? E eu considero isso tudo uma ignorância na acepção da palavra mesmo, de não conhecer. Então acho que você, o movimento negro hoje, 2013, você tem apenas que desmistificar algumas coisas. E eu sou contra você tentar impor qualquer tipo de pensamento independente de qual seja, você tem que mostrar como é de fato, sem querer encontrar vítimas, sem culpados, não existe mais isso, já passou esse tempo e aí as pessoas vão aceitar ou não na hora que convier a cada um.

Pela fala acima, vemos que Francisco opõe o que “acha” ser o papel que o movimento negro diz ter ao papel que considera que o movimento negro deveria ter (“apenas esclarecer (...)”, “apenas desmistificar algumas coisas”). Na verdade, a minha impressão é que ele sugere o que o negro, como indivíduo, pode fazer e não o negro enquanto organização, movimento, grupo. Pode-se observar que ele inicia a resposta da pergunta “para você, qual é o papel do movimento negro?” dizendo o que o movimento negro (usando a expressão que estava presente na pergunta) deveria fazer, mas, posteriormente, se refere ao que “você” deve fazer. Como vimos acima, em outros momentos da entrevista, Francisco disse já ter sido chamado para participar de movimentos de alunos negros da UnB, mas não ter participado pois não tem interesse, não gosta “de estimular esse tipo de discussão”, não acha que “você tem que unir os alunos negros contra qualquer tipo de coisa não”.

De outro lado, os demais entrevistados declaram considerar importantes as ações dos movimentos negros. Márcia, por exemplo, diz que o movimento negro busca valorizar a cultura negra e promover a igualdade racial. Ele procura não deixar a memória do que aconteceu com os negros morrer, valorizar uma herança que, junto com a indígena, foi e continua sendo subjugada e colocar os negros em ascensão na sociedade. Através do movimento negro, são colocadas em pauta questões inerentes ao fato de ser negro, questões que pessoas não-negras não entendem (cita como exemplo se sentir discriminado numa entrevista de emprego e sofrer assédio moral no trabalho por conta do cabelo). Ela afirma que se deve lutar para que os negros não se descaracterizem, para que certas coisas relacionadas ao negro não causem estranhamento ou incômodo, sejam tidas “como normais”, como, por exemplo, usar turbantes e não alisar o cabelo.

Segundo Matheus, o movimento negro tem como tarefa a mudança, a inserção, a diminuição da desigualdade. Ele diz que é muito triste as pessoas terem a “concepção de que ser negro é feio” e que os negros devem lutar para mudar isso, buscando um país em que o aspecto cor seja o menos preponderante possível, seja só mais um aspecto. Ele afirma que sente uma mudança aos poucos: “hoje você vê negro na universidade, amanhã a gente vai ver a negra sendo juíza, a negra sendo presidente do Brasil”. Segundo ele,

eu acho que a nossa função é ser mais um movimento de mudança, tal como é o movimento feminista, tal como é o movimento trabalhador rural sem terra, tal como é o movimento dos índios, esses grupos que ficam, de alguma maneira, ficam à margem do rol de dominância na sociedade, acho que a nossa função é fazer parte dessa peça de mudança. É uma estrutura muito engessada e a mudança ela não é fácil, só que a gente tá aí para mudar.

Gabriela disse que o papel do movimento negro é garantir que os negros não sejam discriminados por serem negros, garantir igualdade racial. Ela afirma que, se perguntassem qual movimento negro ela mais admira, ela responderia o movimento dos Panteras Negras nos Estados Unidos. André também exalta esse movimento “que fez história no mundo”, e fala que, para ele, o movimento negro é esperança, e que é dele que uma verdadeira mudança social deve sempre partir.

“Se brancos não conseguem conhecer a realidade negra, se os negros estão dispersos nesse contexto, não se afirmam de alguma forma”, diz Bruno, é difícil chegar à igualdade. Segundo ele, a questão de afirmação que está presente no movimento negro é muito importante, trazendo a valorização da etnia, a valorização da cor, bem como de atividades ligadas a esta. Ele afirma que

todo ganho de causa em termos de política social é motivo de orgulho, então eu acho que o movimento negro aqui, essa questão da cor mesmo, ela tem que se sobressair de alguma forma, não porque ela tem que se superiorizar, imagina, mas porque ela tem que ser enxergada com todo essa grandiosidade que ela tem, cultural, de luta mesmo, de garra mesmo, de ter sobrevivido num país onde nenhuma condição fosse favorável para que ela sobrevivesse, então acho que ela tem uma importância muito grande... para a base da construção social e política desse país.

João e Liana também comentam que “os negros não querem ser diferentes dos outros, querem uma coisa que os outros sempre tiveram” (Liana), que os ativistas dos movimentos negros “não querem ter mais direitos, eles só querem ficar igual com todo mundo” (João), frases que são ditas como resposta à manifestação de setores conservadores que acusam ativistas negros e ativistas homossexuais, por exemplo, de desejarem ter mais direitos, mais benefícios que o restante da população, numa tentativa de barrar conquistas que visam justamente à diminuição das desigualdades por parte de setores marginalizados.

Liana também fala que o movimento negro, hoje, tenta destravar os principais problemas institucionais, com vistas a lutar contra o forte racismo institucional. Assim, dão ênfase à questão da mídia, por exemplo. Segundo ela, o movimento negro já



conquistou muitas coisas, mas precisa ser renovado, o que é complicado, pois participar de grupos é difícil tendo em vista as ocupações, como o trabalho e o estudo. Cita como algumas das conquistas a criação do Instituto Palmares, a criação da Secretaria da Igualdade Racial, a lei 10.639 e a “questão de não acabarem com os quilombos”. A luta do movimento negro se concentra, hoje, aponta, em questões institucionais. Segundo ela, “a gente tenta em questões mais focadas, não tão aberta como a Marcha de 95”.

Jacira diz que o papel do movimento negro é levar empoderamento, levar autonomia para os negros, mostrar a estes que têm seus direitos. Segundo ela, o movimento negro vem para abrir o debate sobre questões raciais, discutir direitos e cobrá-los do Estado, através da organização dos negros, o que é muito importante, já que quando as pessoas se organizam ganham mais voz: “olha só o quanto de benefícios o movimento negro não já conseguiu, né? Eu super apoio o movimento”.

### **3.7 – Opiniões a respeito de medidas para enfrentar o racismo no país**

Essa questão passou a ser abordada a partir da quinta entrevista. A João, a Gabriela, a Bruno e a Márcia, por terem sido os primeiros entrevistados, não perguntei quais eram as medidas que achavam que deveriam ser tomadas na tentativa de diminuir o racismo no Brasil. A Pedro tampouco, pois, em seu caso, não fazia sentido apresentar essa questão, já que, em sua opinião, não há racismo no Brasil.

Os dez estudantes para os quais foi apresentado tal questionamento podem ser reunidos em dois grupos. O primeiro composto apenas por Francisco e o segundo pelos demais. Pela resposta de Francisco, observa-se que, em sua visão, não há muito de concreto a se fazer a fim de diminuir o racismo no país. Segundo ele, com o tempo, “naturalmente” se caminha rumo a isso. Em suas palavras,

eu penso que isso vai muito da conscientização das pessoas, mudança de paradigmas, acho que é uma evolução natural e lenta infelizmente. Com o passar do tempo as pessoas começam a se relacionar melhor, aprender, ver que não é da forma que elas pensavam e eu acho que isso vai melhorando. É, não sei, eu acho que é difícil você ter um outro meio muito efetivo de mudar o que uma pessoa pensa, ela tem que se familiarizar, não sei, acho que é algo assim.

Já os demais estudantes entrevistados apontam algumas medidas concretas que poderiam ser feitas com o intento de reduzir o racismo no país. Lucas fala da necessária punição mais eficiente aos agressores:

punição pros agressores, eu acho que ainda tá bem superficial, a lei é muito superficial ainda com relação a isso, tem a questão de provar, a pessoa desiste, então acho que se tivesse uma punição mais eficiente né, se qualquer tipo de racismo fosse considerado crime mesmo, tivesse uma punição, eu acho que, talvez, não repetiria com tanta frequência.

Danilo e Liana também cobram a efetiva punição a crimes por racismo e também ressaltam outras medidas que deveriam ser tomadas. Os dois acham que o racismo nunca vai acabar. O que se pode fazer, aponta Danilo, é combater a manifestação do preconceito. Afirma que as condenações criminais por racismo se dão em “um número ridículo”, já que, a todo momento, ocorre um crime de racismo e praticamente nunca as pessoas são condenadas por isso. Segundo ele,

muitas pessoas que estão no nosso judiciário, elas vêm de uma elite, com certeza, provavelmente burguesa, provavelmente branca, que não tem essa compreensão desse preconceito, entendeu? E um amigo meu chegou até a falar “quando tiver juízes negros, aí sim você vai começar a ver pessoas sendo condenadas pela manifestação do preconceito”. A pessoa fica chocada, a pessoa não acredita, “ele é médico, ele é negro”, isso é um absurdo a pessoa ficar, tem que ser normal ter médico negro. Tem que partir pelo, lógico, liberdade formal não basta, tem que partir pelo lado material. Nisso... não só política de cotas, mas assim, a gente pode experimentar políticas muito mais abrasivas... tem projetos de leis talvez prevendo estímulos tarifários, estímulos de impostos, para empresas que tenham uma políticas de contratação dentro da etnia, de melhorar essa política, e por aí vai. Não pode ser... tem muito outros mecanismos, medidas que podem resolver. Mas a conscientização é fundamental. Conscientização nas escolas públicas, sobre a história da África, estudos do preconceito, de mostrar que o preconceito é real no Brasil, que tem que ser feito algo. Isso, talvez, seria uma das principais formas para a gente começar a combater essa manifestação desse mal, a manifestação desse preconceito.

Segundo Liana, os negros já têm direitos, já têm iniciativas, mas o grande problema é que não são colocados em prática. “Está na Constituição que o racismo é crime inafiançável, agora vamos ver quem já foi condenado por racismo. Por exemplo, a lei 10.639 você precisa praticar; se você não praticar, não adianta”. Ela lembra do poder ideológico da mídia, ressaltando que a mudança na forma de retratar os negros nela influenciaria na diminuição do racismo. Segundo ela, o racismo, assim como a pobreza, não vai acabar, mas deve-se tentar amenizar as situações. E a principal forma de tentar

amenizar seria “os negros reconhecendo eles mesmos e lutando pelos seus direitos”. Natália disse algo muito semelhante a essa fala. O principal, para ela, seria a questão de assumir a identidade negra: “o racismo só vai acabar, só vai terminar a partir do momento em que a pessoa se assume como ela é, porque se os negros ficarem intimidados pela questão da repressão social contra a sua etnia e contra a sua raça, o racismo nunca vai acabar”. Ela também diz que programas do governo e de ONGs que abrem mais oportunidades ao negro vêm crescendo e que, em sua opinião, eles deveriam ser constantemente ampliados.

Cauê também disse que acha que o racismo não vai acabar, mas que, para amenizar essa situação, levar pessoas para dentro da sala de aula para debater com os alunos poderia ser uma ajuda. Segundo ele, “acho que é questão de educação mesmo”. Além de Danilo e Cauê, Matheus e Renata também citam a questão da escola. Matheus diz que, a fim de diminuir o racismo no país, deve haver campanha de conscientização, campanha de difusão. Ele aponta que o preconceito é incutido desde quando se é criança, “desde o professor da escola que fala que você não é negro, que você é moreno”. Segundo ele, são pessoas tidas como referências, “pessoas que sobem em palco para cantar”, que são veículo de mudança na cabeça das pessoas, pois “a grande massa só reproduz o que ouve”. Assim como Liana, na opinião de Matheus, deveria haver a mudança na forma de retratar os negros nas novelas: “é novela, é difusão nas escolas, é conscientização, é dar estudo, e aí acaba entrando numa engrenagem como um todo”. Como vimos, segundo ele, o sistema de cotas para negros no ensino superior é um bom primeiro passo, mas não é a solução para o problema da discriminação racial.

Renata diz que o racismo deveria ser debatido em todas as áreas da sociedade, desde a família, igreja, escola, etc.: segundo ela, o racismo só diminuirá sendo escancarado. Na sua concepção, à medida que os negros forem alcançando patamares altos na sociedade, o racismo vai se enfraquecendo. André partilha dessa opinião. Ele aponta que a única forma de diminuir o racismo consiste em estar presente a diversidade étnica entre os tomadores de decisão e entre as pessoas com condições monetárias mais altas: “só quando os negros tiverem força financeira e política aí sim vai acabar com o racismo”. Em sua opinião, as cotas raciais são a “única coisa que está se fazendo para favorecer isso (diminuição do racismo) hoje em dia”.

Assim como Renata e Danilo, Jacira disse que, com o objetivo de diminuir o racismo no país, a discussão política sobre o tema deve ser levada para a sociedade. Segundo ela, as pessoas não estão a par do que são as cotas raciais, elas sequer sabem que há racismo no Brasil. Conta que, no seu trabalho, questiona os colegas, que são privilegiados, brancos, com boas condições, e que eles dizem que racismo não existe no Brasil. Ela diz: “o presidente não fala de racismo, a mídia não fala de racismo, a gente está achando que é uma beleza o Brasil, que o Brasil é democrático, que todos nós temos direitos iguais”. O que ocorre, na verdade, aponta, é que a sociedade é enganada em relação a isso, pois não há democracia racial. Segundo ela,

enquanto as pessoas ficam aí discutindo, por exemplo, o tal do “mendigo gato”, não sei se você viu, o meu primo, preto, morreu assassinado no meio da rua. E o Estado, cadê? E as pessoas, será que as pessoas estão sabendo o que o racismo tem a ver com isso, o que a falta de políticas públicas tem a ver com isso, né? Os negros estão abandonados, estão à margem, sem assistência do Estado, né? Será que não tem diferença entre ser uma criança branca e uma criança negra? Eu acho que essa discussão tem que ser levada para as pessoas.

### **3.8 – Situações de discriminação racial**

Todos os entrevistados, exceto Pedro, disseram ter vivenciado situações de discriminação racial. São relatados casos de discriminação nas escolas, situações de diferença de tratamento em estabelecimentos comerciais, por porteiros e pela polícia, casos de associação imediata com a pobreza, situações de discriminação relacionadas ao cabelo, circunstâncias de ser chamado de “maconheira/o”, bem como frequentes casos de “piadinhas”, de “brincadeiras” racistas, casos ilustrativos de situações comuns às pessoas negras, como nos é apontado em várias outras pesquisas, que relatam situações análogas. Notei, entretanto, formas distintas de interpretar situações de discriminação racial, de identificá-las e de lidar com elas.

Uma de minhas impressões é que, enquanto alguns estudantes facilmente taxariam uma certa situação de racista, a mesma situação não é assim vista, ou, pelo menos, assim expressa por outros estudantes. Pedro diz que já passou por “situações com comentários desagradáveis assim, principalmente por causa das cotas na universidade né”. E, em outro momento da entrevista, quando falava sobre “piadinhas”, observa que quando foi “ficando um pouco mais velho, algumas pessoas não tinham um

tom muito legal às vezes quando falava, assim, dependendo da pessoa não soava legal, então eu percebi que não era uma brincadeira legal de deixar render”. Mesmo assim, ele afirma nunca ter sofrido discriminação racial.

Francisco relata uma situação em que se sentiu discriminado racialmente: foi em seu colégio no Ensino Médio, o Colégio Militar, “que deveria ser um lugar isento”, que, segundo ele, o afetou muito. Trata-se da acusação de roubo de um celular pelo comandante de companhia (equivalente a diretor do colégio, segundo ele) quando Francisco estava olhando a agenda do aparelho com o objetivo de tentar descobrir a quem ele pertencia. Ele sugere que, muito provavelmente, se fosse uma pessoa branca, o comandante não teria agido da mesma forma. Porém, em outro momento da entrevista, menciona uma conduta de um professor da Engenharia Civil que, para muitos, seria motivada por racismo, mas à qual ele prefere atribuir outros fatores determinantes. Mesmo havendo poucos negros na sala de aula e sendo os dois com quem o professor “implicou” justamente negros, Francisco prefere evitar pensar em motivações racistas:

você ia perguntar sobre professores, poxa, um professor, um determinado professor na Engenharia Civil, eu e um outro amigo meu, negro, tivemos sim problema com ele, mas eu também, assim, evito pensar que foi por causa disso, porque existe perseguição de professor com aluno na universidade independente de você ser negro ou não. Eu não consegui ainda fazer digamos assim uma estatística de “ah, mais alunos negros são perseguidos” não, cara, tem professores que simplesmente não gostam do que fazem ou fazem por algum tipo de obrigação e aí querem prejudicar os alunos e às vezes escolhe determinados alunos e eu não nunca levei isso para o lado do racismo, assim, até porque em sala de aula ele dá a matéria para todo mundo e responde as dúvidas de quem tiver e tal, então eu não consegui perceber ainda nenhum elemento racista em nenhum professor, apesar de ter tido problemas com um em especial, mas tudo bem.

Mesmo não demonstrando estar seguro de que a “implicância” do professor não foi motivada por racismo, em um momento posterior da entrevista, Francisco afirmou considerar “um absurdo total e completo” um aluno negro poder alegar que reprovou em uma disciplina devido à discriminação racial por parte do professor e obter a aprovação:

eu já ouvi falar inclusive, eu perdi agora o nome, o termo que seria, mas já ouvi falar que, se um aluno negro for reprovado numa disciplina e ele considerar que ele foi reprovado porque ele sofreu discriminação, tem como entrar, é, com algum tipo de, é, ele tem como recorrer disso e, na maioria das vezes, ele consegue ser aprovado, eu acho isso um absurdo, eu acho isso um absurdo total e completo porque eu posso reprovar uma matéria por um

milhão de motivos e eu falar que foi porque eu sou negro, sabe? Isso vai ser julgado de uma maneira que eu não sei como que acontece, mas por trás dos panos, aí depois você é aprovado numa matéria que eu não aprendi de fato e que eu preciso aprender, então assim, eu acredito que exista, nunca fui atrás, mas se existir é um absurdo. E, na minha opinião, é até uma motivação ao racismo, porque, se eu sou branco e faço uma matéria com um negro e nós dois reprovamos, e ele acaba passando por causa disso e eu não, poxa, isso deixa muito claro uma separação racial que não deve existir.

Francisco dá a entender que a possibilidade de denúncia por parte de estudantes negros faz com que estes ajam de má-fé, ao falsear as causas da reprovação, atribuindo-as à discriminação racial por parte do professor. Ele parece desconsiderar o fato de que um aluno negro pode ser reprovado por um professor devido a motivações racistas, apesar de ele próprio ter sido discriminado racialmente pelo diretor da escola em que estudava e ter passado por uma situação com um professor da UnB, da qual ele não demonstra ter segurança de que não se tratou de uma situação de discriminação racial.

Para muitos, o “absurdo” seria justamente não haver essa possibilidade de um aluno negro poder denunciar uma conduta racista de um professor. Liana, quando relata um episódio por que passou com um professor do curso UnB Idiomas, fala da necessidade desse processo de denúncia, mas apresenta algumas dificuldades nele:

falei com alguns professores dentro da universidade e eles falaram, perguntaram “você quer ir para ouvidoria fazer uma reclamação?”. Aí é aquela questão, né? Pra onde vai sair isso? Eu até pensei, organizar um processo pra ir, mas eu falei “não vai dar em nada”. Isso é um problema, a gente deveria entrar com esses problemas e mostrar a cara. Mas eu fiquei pensando, vou continuar dentro da UnB Idiomas, vou ter aula com esse professor talvez mais pra frente e isso vai ser um grande problema pra mim. Então eu resolvi deixar de lado. Mas foi um grande constrangimento...

Muitos entrevistados afirmam ter sofrido discriminação racial na escola. Bruno relata que, durante sua infância, quando frequentou um colégio particular, cujos alunos eram praticamente todos brancos, era vítima de discriminação racial. Diz: “e tinha eu que era vítima de toda discriminação, aí “tiziu”, era todos os nomes, às vezes como uma brincadeira, não sentia muita maldade, mas às vezes com muita maldade sim”. Cita exemplos de momentos em que se sentia discriminado: quando cometia algum erro durante o jogo de futebol, ouvia xingamentos que sempre envolviam a sua cor e quando os alunos deveriam fazer grupos, “eu nunca fazia com a galera mais riquinha, era sempre com quem sobrava”. André também relata ter sofrido discriminação racial na escola em que estudou (nesse caso, no Ensino Médio), também predominantemente

composta por alunos brancos. Diz que, assim que chegou, recebeu o apelido de “negão”, sendo chamado assim inclusive pelos professores. Ademais, havia comentários sobre seu cabelo, tais como: “o que tem aí? ‘Tá’ escondendo um cachorro aí dentro?”. Lucas diz que, quando cursava o Ensino Médio, em um colégio particular, sofreu discriminação racial, “mas assim sempre era brincadeira, esse tipo de coisa, mas eram brincadeiras racistas né, pelo que eu lembre é isso, brincadeiras racistas, mas não assim de agressão”. Renata declara: “na infância, eu sofri algum preconceito assim entre colegas e tudo mais”. Natália também afirma ter passado por situação de discriminação racial na infância: “já, no fundamental. Teve um menino que ele, ele implicava muito comigo aí ele começou a tocar nesse assunto mesmo da cor, da raça, que eu era negra, chamou de ‘neguinha’”. Cauê conta que, quando estava no Ensino Fundamental, “tinha um cabelo grande, estudava num colégio público, e aí uma coordenadora falou que eu tinha cara de maconheiro, eu não entendi bem, nem via maldade nisso tudo né”. Segundo ele, “no momento eu não me senti vítima de preconceito, eu não tinha noção do que ela tinha dito né, hoje já vejo com outro olhar”. Matheus diz ter sofrido discriminação racial várias vezes: “era o neguinho, a piadinha, quando eu era bem mais novo eu era magrelo aí tinha o dançarino de funk, a Lacreia, aí o pessoal falava: ‘busca a bola lá, Lacreia’”.

Quando perguntei a Liana se ela já havia sofrido preconceito racial, ela ofereceu a seguinte resposta:

ah, com certeza. Várias vezes. E é assim, quando você começa a trabalhar dentro da questão racial, étnico-racial, eu entrei aqui na universidade em 2008, eu comecei a trabalhar com a questão étnico-racial em 2009, quando eu entrei no grupo (Afroatitude). Depois, quando você vai vendo as questões raciais, você fala assim “nossa, sofri a vida inteira”, você começa a rever, você sofria antes e não sabia o porquê. As pessoas te tratavam diferente e você não sabia o porquê. Professor na escola passava a mão na amiga do cabelo lisinho e não passava no seu, sabe, “por que não passava a mão no meu cabelo?”. Porque o meu cabelo é ruim, o meu cabelo não é liso, o liso que é o bonito, é o padrão.

Jacira relata que, apesar de não ter a pele muito escura, já sofreu preconceito racial por conta do cabelo. Conta que passou por um processo de mudança para continuar em um emprego: “a pessoa falou ‘você muda a sua aparência, arruma o seu cabelo, alisa seu cabelo, dá um jeito nisso, ou a sua entrada na empresa não vai ser possível’”. Ela diz que se isso tivesse ocorrido hoje, ela teria deixado o trabalho, não

teria se modificado: “eu não tinha esse pensamento de hoje de racismo, preconceito, eu me deixei ser oprimida, eu não tinha essa noção”. Também com relação ao cabelo, Márcia contou um episódio que considerou absurdo, assédio moral no trabalho: quando foi pagar o estacionamento do shopping, o atendente lhe perguntou se ela achava que seu cabelo estava bagunçado e, quando ela lhe disse “não, de jeito nenhum, eu acho que tá normal” (segundo ela, o cabelo dele estava penteado, com umas “ondinhas” pois tinha o cabelo crespo), ele contou a ela que a sua supervisora falou que estava bagunçado, que tinha que estar mais liso. Márcia critica o fato de que as pessoas consideraram o cabelo arrumado somente se está liso, escovado. Isso, aponta, “está te descaracterizando enquanto negro”.

Gabriela passou por um caso semelhante ao de Cauê. Ela contou ter sido chamada de “neguinha maconheira”: “a pessoa sabia que eu fazia Física e que na minha vida não cabe espaço pra ser maconheira, mas a coisa da raça com certeza incentivou ela a mesmo assim manter esse estereótipo, entendeu?”. Ainda segundo ela, pelo caráter velado do racismo brasileiro, há a tentativa de “clarear” os negros que têm a pele menos escura, a “tentativa de não querer te deixar negro porque isso seria um problema para você assim, ‘aproveita que você não é tanto assim, então não se coloque dessa forma’”. Assim, dependendo do lugar em que estava morando, era chamada de “moreninha”, “clarinha”, como no Piauí, por exemplo. Já no Sul, era chamada de “neguinha”, o que ilustra o caráter fluido da classificação racial no país.

Outro aspecto realçado por uma das entrevistadas foi o tratamento diferenciado que os negros recebem em estabelecimentos comerciais. Márcia cita o exemplo de quando entrou em uma loja e sentiu que estava sendo ignorada. Em outra ocasião, “a moça ficou me medindo, me medindo”. Ela também lembra que os negros são tratados de forma diferente pela polícia: “quem é mais abordado? É negro. Quem leva mais baculejo? É negro”. Danilo também menciona essa questão, dizendo que perdeu as contas de quantas vezes seu irmão já foi parado pela polícia. Ele, que, assim como Liana e Matheus, diz já ter sofrido discriminação em vários momentos de sua vida, dá um exemplo de quando era criança, estava no supermercado e uma mulher disse “ei, moleque, ajuda aqui com as sacolas” e, posteriormente, a funcionária do caixa disse “moleque, vem cá, pega esse pano sujo e vai lavar para mim”. Outro exemplo que cita foi um episódio em que um porteiro do próprio prédio onde morava não quis deixá-lo



subir. Liana também relatou uma situação envolvendo um porteiro: conta que foi ao apartamento de sua orientadora, na Asa Sul, e que, quando chegou no prédio, com vários livros na mão, o porteiro lhe perguntou se ela ia começar a trabalhar como empregada doméstica em algum apartamento.

### **Situações de discriminação racial na UnB**

Entre os quinze entrevistados, cinco relataram ter vivido ou presenciado situações de discriminação racial na universidade. Renata (Física), a princípio, disse não se lembrar de qualquer episódio de discriminação racial na UnB. Após refletir um pouco mais, contou que, quando cursou uma disciplina ministrada para uma turma de Engenharia, reparou que havia uma menina negra que “nunca estava em nenhuma panelinha”, sem conhecer os motivos.

Danilo (Direito) conta uma situação durante uma aula de Economia:

eu tava na aula, um professor de economia, não vou citar o nome, começou a falar que não existia racismo... e preconceito no Brasil é ridículo, que não sei o que. Começou a descer a lenha, a dizer que escavo só sabia lutar capoeira, que era vida boa e que difícil mesmo era o trabalho operário... e a turma toda começou a se revoltar contra esse professor... e o pessoal começou a questionar, começou a “professor, eu não acredito no que você está falando, tá falando esse absurdo, foram mais de duzentos anos de história”, e ele revelou “ah não, minha família era dona de escravo, então não tem nada a ver”. E ele se revelou. A turma toda ficou revoltada, muita gente largou o curso. E isso é só um de vários casos que a gente vê.

Sobre outra situação na UnB, disse que não ia entrar em detalhes, mas conta que viu um certa pessoa ter uma atitude que foi uma certa injúria racial, o que o revoltou. Relata que, no curso de Direito, houve uma ocasião que considerou ser atitude racista pelo professor, mas que foi um racismo mascarado. Segundo ele, “mesmo na UnB, uma das universidades mais abrangentes, mais inclusivas que tem, é nítido esse preconceito”. Ele ainda conta que um amigo de seu irmão passou em Medicina por volta de 2003, “antes de ter sistema de cotas na UnB, e ele teve que mudar, transferir para UFMG, Medicina da UFMG, porque o professor não queria aprovar um médico negro. Não queria!”. Segundo ele, são vários casos, que são ignorados e passam despercebidos.

Liana (Letras) afirmou que já passou “por várias situações constrangedoras dentro da universidade”. Bruno (Medicina) disse conhecer histórias de discriminação

racial na UnB, tais como um acontecimento na Casa do Estudante, e ter presenciado um episódio em que um estudante da Medicina estava brigando com um colega de curso e o chamou de “preto filho da puta”. No final da entrevista, André (Medicina) fez um comentário sobre situações de racismo na universidade:

pois é, quando você me perguntou se eu já tinha sofrido racismo na UnB, por exemplo, tem até aquela música do Marcelo D2, sabe, a sua mente é o gueto, no final das contas, tipo, na minha cabeça eu já tive muita, muita situação de sofrer racismo na universidade por parte de funcionários e principalmente por parte de colegas, sabe, só que isso nunca era declarado, isso nunca era descaradamente, por isso, sabe, então, na minha cabeça, sempre foi algo que tinha a ver com isso, só que eu não falo, não declaro, porque, sabe, não tá aí, tá só na minha cabeça no fim das contas.

### **Situações de discriminação contra cotistas**

Como dito no capítulo precedente, a minha hipótese era de que incômodos, pontos de tensão, constrangimentos nas relações dos cotistas em seu cotidiano na UnB estariam presentes de maneira mais intensa em alguns dos cursos: o máximo grau se daria nos cursos de “elevado prestígio social” que não fossem da área de Artes e Humanidades (Engenharia Civil e Medicina), enquanto o menor grau ocorreria no curso de Artes e Humanidades de “baixo prestígio social” (Letras Português - Noturno). Tal hipótese não se confirmou. As estudantes de Letras relataram diversas situações de constrangimento por que passaram por serem cotistas, envolvendo tanto professores como colegas (incluindo colegas negros que não aderiram ao sistema de cotas). Já os estudantes de Direito declararam não haver discriminação contra cotistas no curso. Os alunos de Física e de Terapia Ocupacional não exprimiram isso declaradamente como os de Direito, mas não relataram situações de discriminação contra cotistas em seus respectivos cursos. Nos cursos de Engenharia Civil e de Medicina, um dos dois estudantes de cada curso menciona situações de discriminação contra cotistas, ao passo que o outro não.

Segundo Francisco (Engenharia Civil), “não, na UnB não sofri preconceito assim diretamente, tem muitas brincadeiras e tal, até pela questão da cota, do sistema de cotas, mas acho que, assim, tudo normal, nada que tenha me ressentido, alguma coisa assim”. Mais adiante, ele diz que “no começo do curso, quando você entra, existe aquela coisa de saber quem entrou por cotas e aí ia perguntando ‘não sei que’, ‘ah ele é cotista

não sei que’, só que é uma coisa que passa rápido porque você tem seu desempenho aqui dentro”. Pedro (Engenharia Civil) apresenta uma situação diferente desta relatada por Francisco no que se refere ao interesse dos colegas de curso para saber quem é cotista. Vale lembrar que eles não ingressaram no mesmo semestre, tendo, portanto, colegas diferentes. Afirma que, quando iniciou o curso, achava que alguém comentaria algo em relação ao fato de alguns alunos terem entrado pelo sistema de cotas, mas que isso não aconteceu, talvez pelo fato de que, na sala de aula, o quadro era muito visível, já que havia 40 alunos brancos e 4 alunos negros. Diz que nunca viu os colegas de curso comentando ou dando alguma importância a esse fato.

André (Medicina), quando indagado se algum professor já havia praticado alguma atitude racista, fez menção a um professor da Medicina, “conhecido por essa postura racista, machista e homofóbica também”: no primeiro dia de aula, ele se posicionou contra as cotas raciais, utilizando termos pejorativos na sua justificativa. Segundo ele, que disse “não socializar muito no curso”, estudantes de Medicina “não gostam de assumir que entraram por cotas, têm vergonha”. Ele sugere que os cotistas “pegam meio que um estigma”: “eu e o [Bruno] fomos uns dos poucos que declaram, assim, sabe, desde que entrou e fica naquela coisinha ‘ah será quem que é?’, sabe, tipo ah, mais burro e tal, uma coisa assim”. Segundo André, “é bem velada essa coisa, ninguém quer dar a cara a tapa assim sabe, com algumas raras exceções”.

Natália (Terapia Ocupacional) também diz que são poucos aqueles que assumem que entraram pelo sistema de cotas para negros:

aqui na Ceilândia, eu sou cotista, a [Renata] que você entrevistou é cotista, eu conheço umas três amigas que são cotistas, mas tem vários outros cotistas que não se mostram como cotistas. Às vezes eu não sei se eles têm vergonha de falar que entraram pelo sistema de cotas, então você vê que tem preconceito até por parte dos próprios negros que entram pelo sistema de cotas, têm receio de falar “eu sou cotista, eu entrei pelo sistema de cotas”, com medo do receio das outras pessoas, o que as pessoas vão achar de quem entrou pelo sistema de cotas. Então são poucos os que assumem que entram pelo sistema de cotas. Então, a meu ver, os próprios cotistas pensam que há um racismo, às vezes nem é... falta assumir mais mesmo... assumir... que eu sou negra e entrei pelo sistema de cotas.

Gabriela (Física) também exprime a opinião de que há universitários que têm vergonha de dizer que ingressaram na universidade pelo sistema de cotas. Ela diz que há

discriminação contra cotistas, mas se refere às pessoas em geral, e não àquelas de seu curso:

o cotista é visto como alguém que se aproveitou de uma situação, que não merecia a vaga, que sabe? Eu ouvi uma conversa no ônibus um dia desses que eu fiquei com muita raiva. Um menino falou, ele tava falando assim “ah, eu me inscrevi por cotas porque eu queria muito entrar na UnB, mas assim eu tive que largar toda a minha moral, toda a minha honra pra fazer isso”. Tem umas pessoas que fazem, elas são vistas justamente assim, como sem moral, sem honra, sabe? Entrou por debaixo do pano e, cara, isso é horrível, assim, você carregar isso, tem gente que tem vergonha de dizer que entrou por cotas, entendeu? E que é contra as cotas, como esse menino (...) acho que até com o passar do tempo e com essas estatísticas que mostram que os cotistas tão indo bem na universidade, isso vai diminuindo, entendeu?

Cauê (Direito) conta que um amigo que também entrou pelo sistema de cotas tinha vergonha de participar do sistema, temia ser discriminado, mas que, quando entrou, não sofreu discriminação. Ele afirma o seguinte: “achei que, por fazer a opção no vestibular por cotas, as pessoas seriam um pouco segregadas, mas não, você faz, é só um critério para você entrar lá dentro, quando você entra, você é um aluno como outro qualquer”. Segundo ele, os cotistas recebem o mesmo tratamento, “mesmo porque os colegas, os professores não procuram saber quem foi que fez o processo seletivo por cotas, pra eles é indiferente né”. Danilo (Direito) também diz que nunca sofreu discriminação no curso por ser cotista:

uma vez que entrou lá, não tem esse preconceito como muitos pregam ‘ah, a pessoa vai sofrer preconceito porque ela é cotista’. Não existe isso, não existe isso, pelo menos na faculdade que eu curso. Você entra e acabou, você está ali e agora você tem que provar... tem muitos alunos, tem alunos aí fantásticos, que entraram pelo sistema de cotas, que são os melhores alunos de sala, indiscutível. E por aí vai.

Já as estudantes de Letras relatam vivências diferentes. Segundo Jacira, há discriminação contra cotistas, inclusive por parte de negros que não adeririam ao sistema de cotas:

a gente sofre, não tem como, na minha opinião, cotista não sofrer. Porque você fala que é cotista na sala de aula e as pessoas já olham pra você te achando inferior “não, ela é burra, ela passou por cotas. Ela não tem o mesmo nível de inteligência que eu”. E por muito tempo eu deixei isso oculto, né? Depois que eu fiz as leituras, que fui tendo uma criticidade maior que me posicionei em sala de aula. Mas passei por isso. E eu tinha colegas negras, negras da pele bem escura mesmo, colegas pretas, e que não passaram por cotas e que viviam falando assim comigo “eu não passei por cotas, eu não precisei, eu não quero ser vista dessa forma, por isso eu não escolhi esse sistema”. Até os próprios negros, que não passaram por cotas, né, agiam de

forma preconceituosa com quem passou.

Ela diz ter visto colegas negros agindo de forma preconceituosa com colegas negros que passaram por cotas tanto no curso de Letras/Japonês como no de Letra/Português, para o qual fez transferência. Segundo ela, “ser negro não significa ter consciência racial, não significa que esteja a par do que são as cotas, do que isso significa, que foi o processo que eu entendi aqui dentro e não lá fora”. Ela diz que não fez muitas amizades no curso, que suas colegas:

não se identificavam comigo. Agora eu não vejo porque é da cor, mas pelo que eu pensava, pelo que eu defendia, elas se incomodavam com isso e de uma certa forma me excluía, né? Porque eu ia discutir cotas, eu ia discutir que elas eram, por exemplo, privilegiadas... eu ficava questionando elas, e, de uma certa forma, eu fui excluída do grupo, né? Não sei se é por causa da cor, não sei se é por causa do cabelo, não sei, mas acho que é mais por causa das ideias mesmo, teve essa separação.

Liana relata um episódio que ocorreu na UnB: um professor, que sabia que ela havia entrado pelo sistema de cotas, utilizou, para a prova oral de um curso de idiomas, o tema “Cotas sim ou cotas não?”. Ela disse que o professor era estrangeiro e os alunos eram de cursos elitizados, sendo ela a única mulher negra da sala. Afirma que o professor a humilhou, utilizou-se da prova para impor a opinião dele, contrária às cotas raciais, enquanto ela tentava trazer argumentos, mas, ao mesmo tempo, estava sendo avaliada por aquilo já que era uma prova oral de Espanhol. Disse que saiu muito mal da prova, pois ficou nervosa. Ela afirma que já passou por várias outras situações constrangedoras na universidade relacionadas à questão racial, tendo sido esta uma das piores. Diz também ter sofrido preconceito por parte de alunos: contou que, apesar de ser visível na sala quem havia entrado por cotas, já que havia cinco vagas e cinco pessoas negras na sala, alguns alunos perguntavam quem era cotista. E que havia professores que indicavam que certos alunos eram melhores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pinto (2006) aponta que não apenas os impactos das políticas de cotas devem ser diferentes segundo o curso, mas mesmo as questões apontadas na literatura, tais como a importância da construção do mérito como ideologia e a assunção de valores individualistas e competitivos *versus* igualitários e compensatórios, ganham contornos variáveis conforme o contexto de aplicação das medidas, o que, para ele, tem sido negligenciado pela produção acadêmica. Segundo ele, os efeitos das cotas raciais nas trajetórias e nas identidades dos alunos universitários variam de acordo com o universo simbólico e prático de cada curso e com suas identidades acadêmicas.

Em seu estudo, o autor observou que, no curso de Medicina, o mérito é comumente visto como uma performance de habilidades técnicas aliada a um saber enciclopédico, o qual é extremamente valorizado como elemento definidor do *ethos* da profissão, sendo as cotas vistas, pela maioria dos informantes, como um privilégio pouco justificável. Ainda segundo o autor, nos cursos de Ciências Sociais e de Pedagogia, define-se o mérito com base na exibição de capacidades especulativas e críticas, de preferência aliada a uma aguda consciência de responsabilidade crítica e social, havendo uma tendência, por parte dos estudantes (pertencentes a estratos populares e sujeitos a maiores dificuldades em sua trajetória escolar), de relativizarem o mérito individual na forma que comparece nos discursos dos alunos de Medicina como abstrato e formal. Nesse caso, sugere Pinto (2006), valoriza-se mais o “mérito pessoal”, subjetivo, que leva em conta não apenas os resultados obtidos, mas as dificuldades no percurso, sendo as cotas vistas como instrumentos socialmente legítimos e moralmente justos. Ademais, enquanto os alunos de Ciências Sociais e de Pedagogia tendem a ver as cotas como uma “conquista política” e como possuidoras de um “caráter moral” por serem a reparação de séculos de exclusão e opressão dos negros no país, os alunos de Medicina tendem a ter uma relação pragmática com as cotas, vendo-as como um instrumento de acesso a bens simbólicos e materiais necessários a uma trajetória social de sucesso (Pinto, 2006).

Assim, com base em intuições e nesse estudo de Pinto (2006), a minha hipótese inicial era de que o máximo grau de constrangimentos, de incômodos por que passam os cotistas no seu dia-a-dia na UnB se daria, entre os cursos selecionados para a pesquisa, nos cursos de Medicina e de Engenharia Civil (cursos de elevado “prestígio social” que não são da área de Humanidades), ao passo que o menor grau se manifestaria no curso de Letras (curso de menor “prestígio social”, da área de Humanidades). Vimos, no entanto, que ela não se verificou. Aquela opinião, mencionada por Pinto no referido estudo (realizado há sete anos), como compartilhada pela maioria dos informantes de Medicina na Uerj, de que as cotas são vistas como um privilégio pouco justificável, parece existir com menor frequência entre os alunos de Medicina da UnB atualmente. A percepção de Bruno, que já está há pouco mais de cinco anos na universidade e que diz ser integrado ao grupo de colegas do curso de Medicina, é de que houve, com o tempo, uma mudança significativa com respeito à posição sobre o sistema de cotas para negros por parte de seus colegas em direção ao apoio conferido a elas. Segundo esse mesmo entrevistado, “as cotas, sim, elas estão trazendo essa discussão e as pessoas estão enxergando cada vez mais a necessidade delas”. Quando indagado a respeito da opinião dos alunos de Medicina sobre o sistema de cotas para negros, ele respondeu o seguinte: “pois é, hoje eu não sei mais, se fosse quando eu entrei, eu falava claramente ‘é contra’, hoje, se não for a maioria a favor, tá meio a meio”. Ademais, se, no seu estudo, Pinto observou que as organizações negras elaboram seus discursos e práticas para a área de ciências humanas, “não havendo nenhum esforço em integrar os alunos cotistas do curso médico”, na pesquisa que realizei na UnB, tanto um aluno de Medicina como um de Engenharia Civil relatam terem sido convidados a integrar tais organizações. Além disso, pelo menos no caso dos dois estudantes de Medicina que entrevistei, não ocorreu aquilo que, segundo Pinto, seria tendência entre os cotistas de Medicina: a relação pragmática com as cotas, vistas apenas como um instrumento de acesso à universidade. Ambos os entrevistados as veem como “uma ‘conquista política’ e como possuidoras de um ‘caráter moral’ por serem a reparação de séculos de exclusão e opressão dos negros no país” (visão que, segundo Pinto, seria uma tendência entre os estudantes de Pedagogia e de Ciências Sociais e não entre alunos de Medicina).

Quanto ao curso de Letras, esperava encontrar, como ocorreu no estudo de Pinto em relação aos cursos de Pedagogia e de Ciências Sociais, uma posição favorável frente ao sistema de cotas para negros pela maioria dos alunos do curso e uma relativização

das representações de mérito individual, sendo levadas em consideração as desigualdades de condições, as dificuldades e as facilidades encontradas nas diferentes trajetórias. Não foi, porém, o que observei através dos relatos das estudantes entrevistadas do curso. Elas apontam que a maioria de seus colegas é contrária ao sistema de ingresso diferenciado para negros e que “as pessoas já olham pra você te achando inferior ‘não, ela é burra, ela passou por cotas, ela não tem o mesmo nível de inteligência que eu’” (Jacira). Associam, portanto, o mérito ao sucesso na competição, desconsiderando as diferentes trajetórias. Vimos, também, que posturas críticas e questionadoras de Jacira (as quais, segundo o estudo de Pinto, eram valorizadas pelos estudantes dos cursos de Pedagogia e de Ciências Sociais da Uerj) não eram bem aceitas por seus colegas. Ademais, a maioria considera ser a questão racial tema de interesse de cursos como a Sociologia e não do curso de Letras, conforme informou Jacira: “a gente levava uma críticas e eles ‘não, [Jacira], por que você não muda de curso, por que você não vai pra Sociologia? Isso aqui é Letras. A gente vai discutir racismo em Letras?’ A minoria dos alunos se interessava por isso assim”.

Dessa forma, a minha hipótese inicial de que o debate acerca da questão racial se daria com mais intensidade nos cursos de Humanidades tampouco se confirmou na extensão inicialmente esperada. Ela se confirmou parcialmente, pois o curso de Direito é aquele entre os seis selecionados para a pesquisa em que mais a discussão com respeito à questão racial está presente. Observa-se, pelas falas dos entrevistados desse curso, que há uma diversidade de seminários, de disciplinas, de pesquisas, de debates no curso de Direito da UnB sobre o tema das relações raciais. Pode-se destacar a atual gestão do Centro Acadêmico do curso, o apoio da maioria dos professores da faculdade a políticas de inclusão racial e o envolvimento das políticas de ação afirmativa em questões jurídicas (tendo como momento-chave o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, acerca da constitucionalidade do sistema de cotas para negros) como impulsionadores desses debates. Vimos que outro curso, entre os selecionados, em que há debates envolvendo questões raciais é o de Terapia Ocupacional. Esses debates não se dão, porém, de uma forma disseminada em todo o curso como no caso de Direito. Segundo Renata, alguns estudantes sentiram necessidade de discutir assuntos relacionados a opressões, tais como racismo, machismo e homofobia e, assim, decidiram organizar um grupo de discussão denominado “Aflora”. Os cursos de Direito



e de Terapia Ocupacional foram os únicos entre os seis cursos selecionados em que o debate a respeito da questão racial está presente.

Por outro lado, a minha hipótese de que o grau de participação em atividades relacionadas ao tema das relações raciais e em organizações negras seria maior nos cursos de Humanidades foi confirmada. As estudantes de Letras, principalmente, e os de Direito são os que mais fazem ou fizeram parte de grupos, de projetos e de disciplinas relacionados à questão racial. Por parte daquelas, foi mencionada uma importante consequência da participação em programas na universidade (são eles o “Afroatitude” e o “Conexão de Saberes”): foi a partir da entrada nesses projetos que passaram a se sentir inseridas na universidade. No caso dos cursos de Física, Terapia Ocupacional e Medicina, um dos dois entrevistados de cada curso participou de tais atividades e o outro não. Já no curso de Engenharia Civil, nenhum dos três entrevistados participou, sendo que dois deles declararam não ter interesse em integrar organizações negras e atividades envolvendo a questão racial. É possível observar que as visões e opiniões desses estudantes de Engenharia Civil, Pedro e Francisco, com respeito à temática racial são as mais destoantes das demais. Pedro diz não enxergar racismo no país, nunca ter sofrido discriminação racial, não ver problema “se uma pessoa chegar e contar uma piadinha de preto por mais baixa que ela seja”, não ver especificidades nas lutas dos negros (afirma que o negro “deve lutar como qualquer outra pessoa”). Acha que muitas vezes os negros se “vitimizam”: “eu vejo isso no meu ciclo social, negros que se fazem de vítima de preconceito o tempo inteiro, qualquer coisa é ‘ah, é porque eu sou preto’, entendeu? Se colocam no lugar de vítima”. Em outro momento da entrevista, Pedro diz o seguinte: “(...) não de ser ofendido por ser negro ou por ser mais escurinho né, porque, assim, particularmente não sou um negro por definição assim, não sou filho de pais negros e tal assim, africano também, nada assim. Então sou moreno, vamos botar assim”. Vemos, portanto, que ele não questiona esses “eufemismos de cor” provenientes do ideal de embranquecimento, mas, sim, faz uso deles.

A maioria das visões e opiniões de Francisco referentes à temática racial também não é partilhada pelos demais estudantes. Diferentemente de Pedro, ele afirma que há racismo no Brasil. Não obstante, ele parece generalizar casos particulares de ascensão social de negros, como o de seu pai, de forma que eles atestariam que “o fato de você ser negro não te impede de nada”. Em sua opinião, portanto, o critério racial

não interfere de maneira acentuada nas oportunidades de uma pessoa. Vimos, também, que ele parece atribuir outras motivações que não racistas para certas atitudes. Ele chega a dizer que considera um “absurdo total e completo” um aluno negro ter a possibilidade de recorrer a instâncias institucionais caso considere que foi reprovado por discriminação racial. Ademais, diz não gostar “de estimular esse tipo de discussão (sobre a questão racial)” e não achar que “você tem que unir os alunos negros contra qualquer tipo de coisa não”. Enquanto a maioria dos entrevistados aponta que a discussão sobre a questão racial deve ser levada à sociedade como uma das medidas para enfrentar o racismo, Francisco diz não gostar de estimular tal discussão e achar que, infelizmente, a diminuição do racismo é uma evolução natural e lenta, não sugerindo nenhuma medida, quando indagado sobre que medidas poderiam ser tomadas a fim de diminuir o racismo. É como se não houvesse muito a ser feito em relação a esse problema, nem a ser discutido, como se as coisas se resolvessem com o tempo. Vemos, portanto, que Francisco tampouco se distancia de modos de ver e de agir oriundos de uma realidade social baseada no mito da democracia racial.

Há, portanto, conforme minha hipótese inicial, diferentes formas de ver e de lidar com o racismo entre os entrevistados. Pode-se dizer que, de maneira não tão expressiva como em Pedro e Francisco, Lucas (Física), Natália (Terapia Ocupacional) e João (Engenharia Civil) também se diferenciam dos demais no que se refere a maneiras de enxergar esse fenômeno no país. Diferentemente de Pedro e de Francisco, os três, assim como os demais estudantes, apoiam as ações dos movimentos negros brasileiros, consideram-no de extrema importância, bem como sugerem medidas que deveriam ser tomadas com o intento de diminuir o racismo no país. Porém, quando convidados a expor opiniões sobre o fenômeno do racismo, não apresentam a visão, manifestada por outros estudantes, de que ele está entranhado na nossa cultura, “nos ideias de beleza e de inteligência”, nas nossas instituições, de que é estrutural à nossa sociedade. Têm o que denominei de uma visão mais “otimista” em relação ao racismo no país, em comparação com os outros entrevistados, que enfatizam diversos efeitos perversos do fenômeno na vida dos negros, que relatam (inclusive aqueles que apresentam uma boa condição socioeconômica) histórias familiares de sofrimento e de luta, que consideram que ser negro “é estar absolutamente à margem”, “é algo muito penoso”, “é ser guerreiro”, “não é fácil”. Vale recordar que nenhum deles participa ou participou de organizações negras ou de atividades na universidade relacionadas à temática racial.

Como vimos, esses estudantes, com exceção de João, são aqueles entrevistados que menos detêm conhecimento a respeito do sistema de cotas para negros: a respeito dos seus objetivos, das suas razões de ser, dos argumentos em questão e dos efeitos de sua implementação. Francisco se declara contrário ao sistema de cotas para negros (segundo ele, “sou a favor das cotas sociais, cotas para escolas públicas independente da sua cor, porque do mesmo jeito que tem o preto pobre tem o branco pobre, não gosto de vitimizar ninguém, eu acho muito ruim isso”), Pedro diz ser a pergunta se é favorável ou contrário ao sistema de cotas para negros uma questão difícil de responder, tendo em vista que ele acaba por incluir “pessoas menos favorecidas” na universidade, ao passo que Lucas e Natália se mostram favoráveis ao sistema de cotas para negros, mas dizem ter predileção pela implementação de cotas para estudantes de escolas públicas no seu lugar. Eles não tomam como principal o propósito primeiro das ações afirmativas de diminuição das desigualdades raciais. Além disso, enxergam alguns problemas decorrentes da implementação das políticas de ação afirmativa. São mencionados, na fala de alguns deles, os seguintes argumentos, mencionados no capítulo I, de críticos dessas políticas contra a sua implementação (e que foram adotados pela grande mídia): tais políticas discriminariam os negros, excluiriam os brancos pobres e obscureceriam a verdadeira solução, qual seja, a melhoria do ensino básico público.

Os demais onze estudantes demonstram, em graus diferentes, maior esclarecimento a respeito do sistema de cotas para negros. É possível observar que conhecem tanto os argumentos de apoio às ações afirmativas como argumentos de resistência à sua implementação. São mencionadas justificativas à necessidade das políticas de ação afirmativa para negros no acesso ao ensino superior, respostas a críticas feitas por opositores dessas políticas, consequências positivas de sua implementação, bem como algumas medidas que poderiam ser tomadas a fim de aprimorar tais políticas. Entre estas, é apontada, pelas estudantes de Letras, a importância de ações afirmativas na pós-graduação. Outras medidas seriam a busca por maior integração dos alunos negros e o melhor acompanhamento institucional dos cotistas.

A reserva de vagas para estudantes de escolas públicas e reserva de vagas para negros são indicadas pela maioria dos estudantes (por nove entrevistados, de todos os cursos selecionados) como modalidades de cotas voltadas para problemas diferentes e

que podem coexistir de maneira independente, não devendo uma entrar no lugar da outra. É apontado que negros com boas condições financeiras também são vítimas de racismo e que não se deve perder de vista o objetivo das cotas de busca pela igualdade racial. Entre os efeitos das políticas de ação afirmativa mencionados pelos entrevistados, pode-se destacar a transformação da universidade em um espaço mais democrático, mais diverso, mais condizente com a realidade brasileira; a maior representatividade dos negros em esferas de prestígio social, possibilitando minar estereótipos negativos e criar “personalidades emblemáticas”, negros em quem outros negros vão se espelhar; a revalorização da identidade negra; o oferecimento de oportunidade a pessoas que, sem as ações afirmativas, não teriam perspectiva de acessar a universidade; a promoção da diversidade cultural no ambiente acadêmico e científico.

Pode-se dizer que minha hipótese inicial de que os estudantes de Humanidades iriam demonstrar maior esclarecimento a respeito das políticas de ação afirmativa foi confirmada. Conforme imaginara, o menor conhecimento em relação a elas estaria relacionado com a não-participação em organizações negras e em atividades da universidade que abordam a temática racial: Pedro (Engenharia Civil), Francisco (Engenharia Civil), Lucas (Física) e Natália (Terapia Ocupacional) são aqueles que demonstram não conhecer a fundo os propósitos, as justificativas, as consequências da implementação das ações afirmativas voltadas para negros. De outro lado, todos os seis estudantes da área de Humanidades, os alunos de Medicina, Renata (Terapia Ocupacional), João (Engenharia Civil) e Gabriela (Física) demonstram ser mais esclarecidos a esse respeito.

Esta pesquisa, com abordagem qualitativa, realizada com quinze estudantes cotistas negros de seis cursos da UnB, obviamente não pretende oferecer respostas definitivas às questões iniciais. Espera, no entanto, iluminá-las, ensejando novas questões a serem pesquisadas. Ademais, dar voz a atores, de diferentes cursos, cujas vidas foram diretamente afetadas pelo sistema de cotas para negros, bem como conhecer suas vivências, contribui para a reflexão a respeito de como consolidar e aprimorar as ações afirmativas direcionadas a negros nas políticas educacionais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. “O Anti-Racismo e seus Paradoxos: Reflexões sobre a Cota Racial, Raça e Racismo”. São Paulo: Editora Annablume, 2004.

BERNARDINO-COSTA, Joaze . “Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil”. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, p. 247-273, 2002.

\_\_\_\_\_. “Ações Afirmativas: Respostas às questões mais frequentes”. O Público e o Privado, Fortaleza, v. 3, p. 83-98, 2004.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguimento de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 186). Relator: Ministro Ricardo Lewandowski.

CARVALHO, José Jorge de. “Uma Proposta de Cotas para Negros e Índios na Universidade de Brasília”. O Público e o Privado, Fortaleza, v. 3, p. 9-59, 2004.

\_\_\_\_\_. “Ações afirmativas na pós-graduação, na docência superior e na pesquisa: uma meta inadiável”. IN: SILVÉRIO, V. R. e MOEHLECKE, S. (Orgs.). Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban. São Carlos: EdUSFCar, 2009.

DOMINGUES, Petrônio. “Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo”. Varia hist. [online]. vol.23, n.37, 2007.

FRY, Peter e MAGGIE, Yvonne. “A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras”. Estudos Avançados, 18(50): 67-80, 2004.

FRY, Peter. “A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre Brasil e Africa Austral”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. “Ação afirmativa & o princípio constitucional da igualdade: (O Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA)”. São Paulo: Renovar, 2001.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. “Entrevista com Carlos Hasenbalg”. *Tempo social*, São Paulo, v. 18, n. 2, 2006.

HOFBAUER, Andreas. “Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 68, p. 9-56, 2006.

HOLANDA, Maria Auxiliadora de Paula Gonçalves. “Trajetórias de vida de jovens negras da UnB no contexto das ações afirmativas”. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MACHADO, Elielma e SILVA, Fernando Pinheiro da. “Ações afirmativas nas universidades públicas: o que dizem os editais e manuais” IN: Paiva, Angela Randolpho (org.). *Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora PUC/Rio e Pallas, pp. 19-50, 2010.

MEDEIROS, Carlos Alberto. “Ação afirmativa e promoção da igualdade: uma visão comparativa”. IN: SILVÉRIO, V. R. e MOEHLECKE, S. (Orgs.). *Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban*. São Carlos: EdUSFCar, 2009.

MUNANGA, Kabengele. “Fundamentos antropológicos e histórico-jurídicos das políticas de universalização e de diversidade nos sistemas educacionais do mundo contemporâneo”. IN: SILVÉRIO, V. R. e MOEHLECKE, S. (Orgs.). *Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban*. São Carlos: EdUSFCar, 2009.

PAIVA, Angela Randolpho e ALMEIDA, Lady Christina de. “Mudança no campus: falam os gestores das universidades com ação afirmativa”. IN: Paiva, Angela Randolpho (org.). *Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora PUC/Rio e Pallas, pp. 75-115, 2010.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. “Ação afirmativa, fronteiras raciais e identidades acadêmicas: uma etnografia das cotas para negros na UERJ”. IN: JÚNIOR, J. F. e ZONINSEIN, J. (Orgs.). Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

SANTOS, Sales Augusto dos. SANTOS, Sales Augusto dos. “Movimentos negros, educação e ações afirmativas”. 554 f. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. “Ações afirmativas: racialização e privilégios ou justiça e igualdade?” Sísifo. Revista de Ciências da Educação, 10, pp. 111-120, 2009.

TAVOLARO, Lília G. M. . “Raça como significado: Reflexões a respeito da construção social de uma categoria simbólica”. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007, Recife. Webpage da Sociedade Brasileira de Sociologia, 2007.